



ATA

Aos **dezanove dias** do mês de **junho** do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no auditório da Universidade do Minho, sob a Presidência de **José João Torrinha Martins Bastos**, secretariado por **Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo** e **Francisca Maria da Costa Abreu**, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, com a seguinte Ordem de Trabalhos. ---

ASSEMBLEIA -----

1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A 29 DE ABRIL DE 2019. -----

2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A 3 DE MAIO DE 2019. -----

MEDALHAS HONORÍFICAS -----

3 - 24 DE JUNHO DIA UM DE PORTUGAL - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS HONORÍFICAS - MEDALHA DE HONRA DA CIDADE. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

4 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2018. -----

5 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES. -----

CÂMARA -----

6 - RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. ----

REGULAMENTOS TAXAS -----

7 – ABERTURA AO PÚBLICO DO PARQUE CAMÕES. -----

REGULAMENTOS -----

8 – PROJETO DE REGULAMENTO DE PROJETOS ECONÓMICOS DE INTERESSE MUNICIPAL. -----

- 9 – SALAS DE ENSAIO PARA BANDAS DE GARAGEM - SUSPENSÃO DO REGULAMENTO E ESPAÇO ALTERNATIVO. -----**
- 10 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE. -----**
- URBANISMO -----
- 11 – MOREIRENSE FUTEBOL CLUBE - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL. -----**
- DIVERSOS -----
- 12 – PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS EM DIVERSOS DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DO ESTADO – PRONÚNCIA. -----**
- RECURSOS HUMANOS -----
- 13 – RECRUTAMENTO PARA CARGO DIRIGENTE - DESIGNAÇÃO DE JÚRI. -----**
- CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS -----
- 14 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS MULTIRRISCOS - EDIFÍCIOS ESCOLARES E RESPECTIVOS CONTEÚDOS - DESPESAS PLURIANUAIS. -----**
- PATRIMÓNIO -----
- 15 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 225M2 SITUADA NO LUGAR DE MIDE, FREGUESIA DE LORDELO. FREGUESIAS -----**
- 16 - FREGUESIA DE SANDE SÃO MARTINHO - OFERTA DE BANDEIRAS. -----**
- 17 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CONDE E GANDARELA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO. -----**
- 18 - ANTIGA ESCOLA EB1 DE ALDÃO - COMODATO - FREGUESIA DE ALDÃO. FREGUESIAS (SUBSÍDIOS) -----**
- 19 – FREGUESIA DE INFANTAS – AQUISIÇÃO DE TERRENO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. -----**
- 20 - SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO RMECARH (2º SEMESTRE DE 2019). -----**



- 21 - FREGUESIA DE RONFE – APOIO PARA OBRAS NO CEMITÉRIO. -----
- 22 - FREGUESIA DE ALDÃO – OBRAS NO PISO DA RUA DA ALEGRIA -
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. -----
- 23 - FREGUESIA DE FERMENTÕES – APOIO PARA OBRAS NO CEMITÉRIO, NA
JUNTA DE FREGUESIA E NA RUA DA PEREIRA. -----
- 24 - FREGUESIA DE SILVARES - PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA SEDE DA
JUNTA DE FREGUESIA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. -----
- 25 - FREGUESIA DE FERMENTÕES – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE
SUBSÍDIO – ANO DE 2019. -----
- 26 - FREGUESIA DE PENCELO - OBRAS NA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA -
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. -----
- 27 - FREGUESIA DE NESPEREIRA – ILUMINAÇÃO DO “PARQUE LÚDICO
PEDAGÓGICO RAÚL BRANDÃO” - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. -----
- 28 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO
DO FONTANÁRIO BAIXINHA, NO CEMITÉRIO E EM DIVERSAS RUAS -
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. -----
- 29 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - CONTINUIDADE DO PROJETO
SOCIAL “RAÍZES” (2019/2020) - ALÍNEA J) DO Nº 1 DO ART.º 25º DA LEI Nº
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----
- 30 - FREGUESIA CANDOSO SÃO MARTINHO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO
EXECUÇÃO DA OBRA DE ALARGAMENTO E BENEFICIAÇÃO DO CEMITÉRIO E
DA ZONA ENVOLVENTE. -----
- 31 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE – ALARGAMENTO DO
CEMITÉRIO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. -----
- 32 - FREGUESIA DE GONÇA – CONCLUSÃO DAS OBRAS EM DIVERSAS RUAS -
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. -----
- 33 - FREGUESIA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

PARA A CONSTRUÇÃO DE CASA MORTUÁRIA E ÁREA ENVOLVENTE. -----

34 - FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – APOIO PARA OBRAS NO CEMITÉRIO. -----

FREGUESIAS (DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS) -----

35 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA REFORÇO DO APOIO OPERACIONAL NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO BÁSICO. -----

36 - FREGUESIA DE CALDELAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2017. -----

37 - FREGUESIA DE GONDAR – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2018. -----

TRÂNSITO -----

38 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DE S. JOÃO - FREGUESIA DE POLVOREIRA. -----

39 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLIVEIRA, S. PAIO E S. SEBASTIÃO E FREGUESIA DE CREIXOMIL. -----

40 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO RUA DOS MOINHOS - FREGUESIA DE PONTE. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

41 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: **Eleitos diretos:** (PS) - José João Torrinha Martins Bastos, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Francisca Maria da Costa Abreu, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Nelson José Guimarães Felgueiras, Marta de Abreu Coutada, César Manuel Castro Machado, Maria Elisabete Veloso Machado Costa Martins, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, António Fernando Macedo Ribeiro, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, José da Silva Fernandes, Maria José Teixeira Martins, Paulo Pinto de Carvalho Freitas



do Amaral, Elsa Cristina Silva Ribeiro, José de Castro Dias, Manuel Martins Salgado, António Rogério Ferreira Paiva, Augusto Rafael Capela Duarte e Hugo Francisco Monteiro Teixeira; (PSD) - Ana Paula Cardoso Lemos Damião, Emídio Guerreiro, Margarida Pinheiro Pereira, Ana Margarida da Costa Teixeira, Rui Armindo Costa Freitas, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, André Filipe Castro e Sousa Casalta e Ana Rita Abreu Fernandes; (CDS-PP) – Ângela Ivone Rodrigues Oliveira, Rui Miguel Ribeiro Correia e Paulo Miguel Lima Peixoto; (CDU) – Célia Maria Abreu Magalhães, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro e João Vítor Salgado Almeida; (BE) – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro; (INDEPENDENTE) – António Fernando Meireles Lopes. **(Inerência do cargo de Presidente de Junta)** - Maria da Conceição da Cunha e Castro – PS, José de Castro Antunes – PS, Sérgio Manuel Antunes Freitas da Silva – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS, Carlos Artur Faria Ribeiro Coimbra – PS, António Martins Gonçalves – PSD, Manuel da Costa Mendes Lopes – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Manuela Fernanda Oliveira Salgado Ferreira Ribeiro (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Guardizela) – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, Alcino José de Sousa – PSD, António Brás Mendes Pereira – PS, Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS, Domingos Vaz Peixoto – PS, Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira – PS, Serafim Lopes Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte) – PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, José Armando Morais da Silva – PS, António Alberto da Costa Martins – PSD, Marta Filipa da Silva Gonçalves – PS, Néilson Cristiano Gonçalves Ferreira – PS, Ricardo Jorge

Carvalho de Castro – PS, João Miguel Castro Oliveira – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, Marçal Avelino Salazar Marques Mendes - PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel Silva Pais – PS, Abílio Lima de Freitas – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, Flávio Romeu de Sousa Freitas (em representação do Presidente da Junta da União das Freguesias Conde e Gandarela) – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Manuel das Neves Rodrigues – PSD, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Daniel Filipe Macedo Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS.----

Substituição por ausência inferior a trinta dias: Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Márcio Rafael da Silva Ferreira, César Nuno da Costa Teixeira, José Pedro Aguiar Branco, Tiago Vieira Laranjeiro, José Cardoso de Menezes Couceiro da Costa, Mária Augusto Araújo Ribeiro, Carlos Henrique Ribeiro de Barros, Elva Raquel Camarero Cancela Gusmão, Paula Cristiana da Silva Ribeiro, Rui Miguel de Meira Barreira, Vasco André da Silva Rodrigues, Alfredo Manuel Alves de Sousa, Mariana da Conceição Pereira da Silva, Cândido Capela Dias, Miguel Ângelo Leite Vieira, Catarina de Freitas Marques, Paulo Manuel Ferreira da Silva, Sérgio Alberto Castro Rocha e Manuel Fernando da Cunha Fernandes. -----

Faltaram os seguintes membros: Luís Miguel Morgado Laranjeiro, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Manuel Américo Antunes de Freitas, Sandra da Luz da Cunha Martins, Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, Daniel André de Sousa Rodrigues, Susana Manuela Marques Araújo, Fernando Miguel Machado Pereira Silva Araújo, Rui Manuel Alves Martins, Maria José Lopes de Sousa Pinto, António Magalhães Azevedo, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, Angelino Miguel Ribeiro Salazar, Francisco Bruno Silva Oliveira e Manuel Fernando Alves Cardoso. -----



Presenças da Câmara Municipal – Presidente Domingos Bragança Salgado e Vereadores Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa, Adelina Paula Mendes Pinto, Paula Cristina Santos Oliveira, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, António Monteiro de Castro e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo. -----

Pelas **vinte e uma horas e quinze minutos** havia quórum e o Presidente da Mesa **DECLAROU ABERTA** a sessão. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

Convite da Confraria do Santíssimo Sacramento da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira para Procissão do Corpo de Deus, a realizar no dia vinte de junho; Convite da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães para Festa de Nossa Senhora da Visitação – Padroeira das Misericórdias; Ofício do Partido Comunista Português remetendo Projeto de Lei a respeito da reversão da privatização dos CTT; Convite da Junta de Freguesia de Caldelas para Comemorações do Septuagésimo Nono Aniversário da elevação de Caldas das Taipas a Vila; Convite do Club AF Santos Turismo para comemoração do seu Décimo Aniversário; Convite da Câmara Municipal de Guimarães para as Comemorações do 24 de Junho – Dia Um de Portugal. ----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **INTERVENÇÕES** -----

Rui Miguel Ribeiro Correia, do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, fez uma intervenção sobre telecomunicações, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“No passado dia 7 de junho, Guimarães foi pioneira e tornou-se a primeira cidade portuguesa a dispor da Rede 5G. Queremos que Guimarães seja pioneira, mas também queremos a salvaguarda da nossa vida privada. No passado dia 26 de março, a Comissão Europeia publicou uma recomendação com o principal objetivo de garantir a*

segurança das Redes 5G na Europa. Propostas de grande alcance e que refletem a necessidade urgente de uma ação, à medida que nos aproximamos de uma viragem tecnológica com repercussões potencialmente consideráveis. Os estados membros da União Europeia devem efetuar uma avaliação de riscos a nível nacional, ver todas as vulnerabilidades deste novo sistema, quer para o estado, quer para os seus cidadãos. Todo o trabalho terá que ser testado por um quadro reforçado que terá, forçosamente, peritos em cibersegurança. O trabalho que está a ser desenvolvido está mais avançado em alguns países, como o caso da França, que está a planear uma nova lei que introduz regras sobre o funcionamento de determinados equipamentos de telecomunicações, específicos para as Redes 5G. Também o Reino Unido, através do seu Centro Nacional de Cibersegurança apresentou um relatório sobre os riscos da tecnologia 5G, nomeadamente sobre os colocados pela Huawei. As recomendações, não visam uma empresa em particular, o debate público incide principalmente na China, que pretende adquirir uma posição dominante. Ao nível nacional, a ANACOM está a trabalhar em conjunto com o Gabinete Nacional de Segurança, entre outras entidades, sobre este assunto. O governo português assinala que o tema da segurança de redes é central para assegurar o desenvolvimento e segurança do país, mas infelizmente sabemos da competência do estado nesta matéria, basta olharmos para o SIRESP. Aquando da apresentação do Guimarães 5G, o Presidente Domingos Bragança dizia, e passo a citar - “Este 5G Guimarães vem dar-nos mais condições de infraestrutura para capacitar o nosso território nas novas competências digitais. Há o projeto piloto, que é o do carregamento elétrico através do mobiliário urbano, neste caso de um poste de iluminação pública. Ora, se os nossos postes forem transformados nestes postes de carregamento elétrico, significa que qualquer um de nós pode carregar o seu veículo na sua rotina diária. Assim, rentabilizamos o nosso



mobiliário urbano e resolvemos o problema da mobilidade, que queremos que seja de mobilidade elétrica, para vencermos este problema das alterações climáticas, num projeto de descarbonização. Temos 2 em 1: a capacitação digital do território de Guimarães e contribuímos significativamente para a descarbonização”. Todas as medidas tomadas, devem colocar a segurança como fator determinante para a tomada de decisões. A segurança tem que ser o centro das decisões. O reforço da segurança, num mundo cada vez mais dependente das redes, que são poderosas autoestradas de todos os nossos dados. Questiono o Senhor Presidente da Câmara sobre se está a par dos desenvolvimentos deste processo. Se sim, agradecia que os transmitisse, para saber que fomos pioneiros não de um problema, mas sim de uma boa inovação.” -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal do BE, fez a sua intervenção no período de antes da ordem do dia, lendo, em voz alta, o teor do seguinte texto: *“Recentemente, o Instituto Nacional de Estatística revelou dados demográficos da população portuguesa. Apesar de Guimarães acompanhar a tendência do resto do país, são dados que nos preocupam e que gostaria de chamar a atenção a esta Assembleia. Verificamos que o concelho de Guimarães tem vindo a perder população residente. Nos últimos oito anos, entre 2011 e 2018, a perda é de cerca de 3,3% dos residentes. Verificamos também que o índice de renovação da população em idade ativa desceu dos 104% para 79%. Isto é, os jovens em condições de ingressar para o mercado de trabalho não compensam as pessoas em vias de reforma ou aposentação. Conclui-se ainda que o peso da população com mais de 65 anos é muito mais elevado em comparação com a população com menos de 15 anos. Ou seja, a pirâmide demográfica está invertida e tem tendência de se agravar nos próximos anos. É necessário,*

portanto, o desenvolvimento de políticas públicas que permitam a inversão desta situação, que não pode ser encarada como um destino trágico ou uma realidade fatalista. São precisas ações imediatas que contrariem este flagelo. Quer o Governo central, quer as autarquias locais, têm um papel essencial na promoção de iniciativas que promovam, por um lado, o aumento da natalidade, por outro, promovam a imigração e atração de pessoas em idade ativa. Defendemos, por isso, medidas que incentivem a natalidade, como a conciliação da vida profissional com a vida familiar, através da flexibilização dos horários e locais de trabalho e o reforço dos apoios sociais à maternidade e paternidade em valor e abrangência. Defendemos também que o aumento da população em idade ativa seja feito através da imigração e do acolhimento de refugiados. Na semana em que a Organização das Nações Unidas revela o número recorde de 70 milhões de refugiados e deslocados em todo o mundo é preciso alterar o paradigma com que se encara este problema. Países como a Alemanha ou Suécia já compreenderam que a imigração e o acolhimento de refugiados lhes permite assegurar a estabilidade da população ativa que está posta em causa pelo envelhecimento e pela baixa natalidade. Amanhã, vinte de junho, comemora-se o Dia Mundial do Refugiado e, por isso, precisamos de refletir e ir mais além aqui em Portugal, como também na Europa. O caso recente de Miguel Duarte vem chamar a atenção para o caminho que ainda é preciso percorrer. O jovem ativista português vai ser julgado em Itália com outros nove companheiros que participaram na missão humanitária de salvar vidas no Mediterrâneo em 2016 e 2017. A perseguição a estas missões por parte do governo de extrema-direita resultou num processo judicial que acusa Miguel Duarte e os restantes ativistas de auxílio à imigração ilegal. Por causa destas perseguições a quem tem salvado vidas, estas missões reduziram-se e temos tido picos de mortes no Mediterrâneo porque não há ajuda. O



Mediterrâneo é um cemitério a céu aberto e isso deve chocar-nos a todos. É preciso que o Estado português tenha uma palavra muito clara de reprovação pelo que está a acontecer e que lhe dê todo o apoio necessário neste processo que devia simplesmente acabar, porque é absurdo. Não se pode condenar quem agiu com a motivação de salvar vidas e impedir que as pessoas morressem afogadas, num trabalho sempre feito em coordenação com o governo italiano. Gostaria de expressar, nesta Assembleia, a minha solidariedade para com este jovem ativista e agradecer-lhe pelo trabalho incansável que desenvolveu junto de pessoas que tanto precisaram daquela ajuda para evitar a morte na travessia do Mediterrâneo. Relativamente ao envelhecimento da população, gostaria ainda de abordar outra questão, que será objeto de votação mais adiante, e que está relacionado com o respeito por quem trabalhou e com o apoio que é necessário dar aos mais velhos. Em Portugal, verificamos que, há um número muito significativo de pessoas que, após a reforma, é-lhes atribuídos valores de pensões muito baixos, mesmo a quem começou a trabalhar em criança e tem uma carreira contributiva longa. Esta situação condena muitos idosos à pobreza e a situações de elevada vulnerabilidade social e económica, levando muitos deles a terem de optar pela liquidação de contas ou pela compra de medicação. Por isso, foi muito importante a criação do Complemento Solidário para Idosos (CSI), há cerca de treze anos, com o objetivo de apoiar os pensionistas com idade superior à idade normal de acesso à pensão do regime geral da Segurança Social e que têm rendimentos muito baixos. O valor a receber corresponderá à diferença entre o montante dos recursos do requerente e o montante máximo de 5.258,63 euros/ano. O Complemento Solidário para Idosos (CSI) abrange atualmente cerca de 165.000 pessoas (70% são mulheres). Mas muitos idosos que vivem numa situação muito precária continuam sem

poder aceder a esta prestação social, já que na avaliação dos recursos das requerentes, para além dos rendimentos anuais do próprio, tem sido considerada também uma quantia anual definida em função dos rendimentos dos descendentes, mesmo que não vivam com o requerente. Tal situação faz com que uma medida pensada como importante meio de combate à pobreza da população mais idosa se tenha transformado numa medida limitada, insuficiente e até reprodutora da exclusão social. Num recente relatório, em que também é sugerida a melhoria desta prestação, a própria OCDE defende que a condição de recursos para aceder ao CSI não deve ter em conta o rendimento dos descendentes porque “incluir os rendimentos dos filhos nas condições para atribuição do CSI, contribui para perpetuar os baixos rendimentos nas mesmas famílias por várias gerações”. Por isso, o Bloco de Esquerda propõe, através da moção que será votada em breve, que esta Assembleia Municipal proponha à Assembleia da República a alteração da legislação atual de modo a que a atribuição do Complemento Solidário para Idosos (CSI) tenha apenas em consideração os rendimentos anuais do próprio idoso e da pessoa com quem está casado ou vive em união de facto há mais de dois anos, excluindo-se assim a ponderação de os rendimentos dos filhos.” -----

Hugo Francisco Monteiro Teixeira, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez uma intervenção para abordar a fase final da Liga das Nações, que teve dois dos seus jogos em Guimarães. Disse tratar-se de um evento desportivo de grande relevo e que levou Guimarães a acolher cerca de cinquenta mil visitantes. Considerou que mais uma vez Guimarães e os vimaranenses mostraram ser capazes de acolher eventos de grande natureza, elogiando, também, todas as entidades intervenientes envolvidas na organização e realçando, aqui, o apoio incansável das entidades policiais que acompanharam a prova todos os dias e que nunca permitiram que



acontecesse confrontos e desacatos entre os adeptos das equipas rivais. Saliou, depois, o papel importante da Vitrus no serviço da limpeza pormenorizada de todos os espaços ocupados pelos adeptos, não proporcionando a acumulação de lixo, passando a imagem de uma cidade limpa e cuidada e permitindo que Guimarães ficasse nas bocas do mundo pelas melhores razões. Por último, congratulou a Liga das Nações, a Direção do Vitória Sport Clube, as Entidades Policiais, a Câmara Municipal e, em particular, os vimaranenses que mostraram ser gente séria, amiga e respeitosa. -----

António Fernando Meireles Lopes, Membro Independente, fez a sua intervenção sobre o 24 de Junho, lendo, em voz alta o teor do texto que a seguir se reproduz: *“O dia 24 de junho de 1128, dia de São João, anuncia o nascimento de um novo reino. “A primeira tarde portuguesa” como o historiador José Mattoso se refere, marca o nascimento do nosso país. Após essa vitória no campo de São Mamede, D. Afonso Henriques, apoiado pelos seus barões e pela Igreja, assume os destinos do Condado Portucalense. O processo é longo, e, só em 1143 em Zamora, com o tratado aí assinado é que verdadeiramente a Independência Portuguesa é reconhecida. Na próxima segunda-feira os vimaranenses irão comemorar 891 anos desse evento que modificou indelevelmente a geografia da península ibérica. O resto do país ocupar-se-á de festejar o dia de São João, mas nós, católicos ou não, estaremos essencialmente a evocar a história de Portugal. É de evidência clara que sem esta batalha não existiria Portugal. Não é entendível, nem razoável não a comemorarmos em todo o território. Pergunto: seria admissível nos EUA que não se comemorasse a nível nacional o 4 de julho de 1776? Certamente que não. Alguns dirão que temos o 10 de junho, mas o âmbito é diverso. A 10 de junho, recorda-se a morte de Luiz de Camões,*

celebra-se o dia da Língua Portuguesa e das Forças Armadas. Como se compreende, sem a génese do condado portucalense, sem a dedicação, a energia, o empenho, a ânsia da independência do nosso primeiro Rei, Camões seria castelhano e os Lusíadas não seriam possíveis. Fomos informados, e votaremos favoravelmente, da decisão da atribuição do título de Cidadão Honorário de Guimarães ao Exmo. Senhor Presidente da República Portuguesa e entendemos e apoiamos o Exmo. Senhor Presidente da CMG que tudo ao seu alcance deve fazer para que esta data seja efetivamente celebrada como o dia Um de Portugal! Propomos, desde já, que no âmbito das comemorações do dia UM de Portugal do próximo ano, seja erigida uma estátua em homenagem ao fundador da cidade de Guimarães, o Conde Vimara Peres. Viva Portugal!” -----

Maria da Conceição da Cunha e Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Aldão, fez uma intervenção sobre o tema Eco-Freguesias, lendo, em voz alta o teor do texto que a seguir se reproduz: *“E o vencedor é... Freguesia de Caldelas, Eco-Freguesia XXI, com melhor votação a nível nacional, acima dos 80%. Família Maria da Conceição Ribeiro, Eco-Família XXI, de Silvares, melhor votação a nível nacional, com 91% na avaliação. Dizer que devemos estar orgulhosos é pouco para demonstrar o sentimento que vivemos quando anunciados os resultados e quando, de uma sala cheia de gente, ouvimos o nome de Guimarães, tantas vezes, ao anunciar tantas Freguesias Verdes. Foi no passado dia 6 de Junho, numa cerimónia simbólica, mas muito emotiva, diria, que a ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa, entregou o Galardão de Eco-Freguesia, a todas as Freguesias que passaram no crivo de um Inquérito extensíssimo e que pretendia aferir da execução de boas práticas ambientais, do exercício da cidadania, da sustentabilidade ambiental, do investimento na Educação, na área social, no desenvolvimento económico, entre tantos outros fatores, por parte de uma Freguesia. Com*



orgulho a Freguesia que represento, Aldão também foi contemplada. Não sem esforço, naturalmente, e com a plena noção de que a dimensão, a falta de recursos humanos e financeiros são também um óbice para o exercício destas práticas. E a sensibilização da população é outra batalha que demora anos, se não décadas e gerações a mudar. E é na Educação que residirá o segredo. Assim como se aprende a ler e a escrever, na Escola, também se aprende para a cidadania e desde tenra idade podemos construir Eco-cidadãos para o futuro. O Programa Pegadas – Programa de Educação e Sensibilização Ambiental – voltado para as Escolas, é disso um exemplo. O Município de Guimarães aposta, desta forma, na Educação ambiental e desde 2015 que este Projeto leva às Escolas um conjunto de ações, precisamente para educar para proteção do meio ambiente e dos seus recursos. A Câmara Municipal de Guimarães tem também apoiado as Escolas a candidatarem-se ao Projeto Eco-Escolas, assumindo o pagamento da respetiva inscrição. Fruto dessa estratégia e investimento, em 2018 candidataram-se 53 escolas e 42 foram galardoadas. Um número bem expressivo. Este ano de 2019, foram 54 as escolas inscritas. Aguardam-se os resultados. No ranking Municípios Escolas Eco-XXI, Guimarães ficou em 7.º lugar, em 2015, 3.º lugar em 2016 e 2.º lugar em 2017 e 2018. Sempre em crescendo... Também em boa hora o Município de Guimarães decidiu promover a criação das chamadas Brigadas Verdes. Como bem sabem trata-se de um movimento cívico, envolvendo os cidadãos, as associações e coletividades locais, as escolas, com o objetivo de sensibilizar, mobilizar, informar e educar para o desenvolvimento sustentável, promovendo a cidadania ativa através de ações, de maior ou menor dimensão, para despertar consciências e gradualmente levar a hábitos e comportamentos respeitadores do meio ambiente. Com este impulso, motivação e apoio por

parte da Câmara Municipal, hoje são 25 as Brigadas Verdes do Concelho de Guimarães e todas elas com ações que se pretende serem extensíveis a todo o território. O apoio que o Município proporciona a cada Brigada Verde vai desde o apoio Técnico à concessão de materiais e equipamentos. Plantas, árvores, luvas, T-Shirts com o logo (uniforme) para todas as Brigadas, a disponibilização de materiais para a execução de determinados trabalhos de campo e de jardinagem. Mas não se ficou por aqui. A Câmara de Guimarães deu mais um sinal do caminho que pretende prosseguir para todo o Concelho, ao apoiar a candidatura das Juntas de Freguesia que se quisessem candidatar ao galardão de Eco-Freguesia. Foi com base nesta estratégia de educação ambiental e no seguimento continuidade de vários projetos, alguns simbólicos mas relevantes, como as ações desenvolvidas ao abrigo do lema: Guimarães Mais Verde, que o Município de Guimarães assumiu o pagamento do valor da inscrição, a todas as Freguesias que pretendessem candidatar-se ao projeto Eco-Freguesias. E assim foi que 26 Freguesias do Concelho de Guimarães se candidataram e 12 foram galardoadas. No ano de 2018 apenas 5 (cinco) o foram. Não menos importante e relevante será dizer que Guimarães foi o Concelho que apresentou mais candidaturas e foi o mais galardoado. Destas 12 Freguesias duas distinguiram-se: Caldelas que obteve a melhor pontuação de todas as candidaturas a nível nacional, com uma pontuação acima dos 80%; Silvares, de onde saiu a Eco-Família melhor pontuada, a nível nacional. 91% foi o resultado obtido pela família de Maria da Conceição Ribeiro, reconhecendo as suas boas práticas ambientais. Guimarães foi também o Concelho, a nível nacional, onde houve maior participação no Projeto Eco-Famílias, destacando-se S. Torcato com 20 e Ponte com 10 famílias candidatas. Levaram isto a sério. Muito a sério. E mais, quem se candidatou e não conseguiu chegar à pontuação mínima, para receber a sua bandeira verde, recebeu um Certificado de participação. E



aqui não posso deixar de congratular a União de Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo, que também se deslocou ao Mosteiro de Tibães para receber esse Certificado. Tal a importância que estes pequenos, mas valiosos, reconhecimentos têm para quem lidera as Juntas de Freguesia. E quando vemos, como eu vi, a apresentação de trabalhos extraordinários, em freguesias que se assemelham a Municípios, pela sua dimensão e proporcionalmente recursos, os mais pequenos, ou melhor as Freguesias de pequena dimensão, sentem que não têm força nem expressão para vingarem e para mostrarem e demonstrarem aquilo que fazem, com recurso, quase sempre ao voluntariado. Mas não tenho dúvidas que foi considerado e valorizado o esforço de cada uma destas freguesias de pequena dimensão e recursos. Recordo o Limpar Aldão, que a Freguesia que represento promove anualmente, desde 2010, como um exemplo de pequenas ações que promovem comportamentos respeitadores do espaço público. Permitam-me contar um episódio que vivi, recentemente, quando num jantar de amigos, na cidade Mindelo, em S. Vicente, Cabo Verde, perguntei ao Secretário de Estado da Economia Marítima, como é que na Capital da Cultura Cabo Verdiana não se fazia a recolha seletiva de resíduos. Ao que me respondeu: como se pode pedir a uma família para reciclar, quando muitos não têm água nem saneamento básico. Reutilizam quando usam os garrações da água para servir de vasos, quando usam a embalagem da “Planta” como taparueres, e as águas dos duches aparadas por uma bacia para depois carregar o autoclismo. Felizmente não temos estes cenários em Guimarães, mas são uma realidade em muitas paragens e devem-nos dar lições de humildade. A mim dão-me todas as vezes que por lá passo. Termino, lembrando que também contribuí para o exemplo de um Concelho Verde o desempenho de alguns dos nossos espaços que foram premiados pelo

Programa GreenKey, coordenado em Portugal pela ABAE, que é um galardão internacional que promove o Turismo Sustentável em Portugal, através do reconhecimento de estabelecimentos turísticos, alojamento local, Parques de Campismo e Restaurantes que implementam boas práticas ambientais e sociais, que valorizam a gestão ambiental nos seus estabelecimentos e que promovem a Educação Ambiental para a Sustentabilidade. Este ano Parque de Campismo da Penha foi um dos premiados, o que muito nos orgulha. Juntamente com o Vale de S. Torcato Houses and Wine Bar, “A Cozinha” de António Loureiro e o Hotel Mestre de Avis. Motivo de orgulho viver em Guimarães. Muito, sem dúvida...” -----

Ângela Ivone Rodrigues Oliveira prestou um esclarecimento. -----

João Victor Salgado Almeida, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, começou por referir que no dia treze de março de dois mil e dezoito foi assinado um contrato, com efeitos a partir do dia um desse mês, em regime de avença para algo designado por Gabinete de Comunicação, atividade classificada nos contratos públicos com código 920000001 - Serviços Recreativos Culturais e Desportivos, no valor total de 27.500,00€, isentos de IVA, em pagamentos mensais de 2.500,00€ entre março de dois mil e dezoito e janeiro de dois mil e dezanove. Referiu, depois, que no dia quatro de fevereiro de dois mil e dezanove é assinado um novo contrato em regime de avença para algo também designado por Gabinete de Comunicação mas, agora, classificado com o código 641110007 – serviços postais relacionados com jornais e publicações periódicas, no valor de 40.000,00€, acrescido de IVA, com a duração de fevereiro de dois mil e dezanove a maio de dois mil e vinte, em pagamentos mensais no valor de 2.500,00€. Assim, referiu que, sendo o segundo contrato uma revalidação do primeiro, não se percebe porque aparece classificado com um código diferente. Referiu, também, haver muito por explicar, nomeadamente a ausência de recursos próprios



invocada pela Câmara para fazer o contrato. E, aceitando-se essa ausência de recursos próprios, perguntou por que é que não foi usado procedimento de consulta prévia e por que é que se decidiu que este funcionário era o único que podia prestar tal serviço. Finalizou, considerando ser este o modo de contornar as limitações legais, instituindo uma assessoria encoberta, para dar emprego a uma determinada pessoa. -----

Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, abordando a questão do local escolhido para a instalação das oficinas municipais, referiu que se a qualidade de vida das pessoas é o objetivo principal da vida política, devem os políticos defende-la e não atentar contra essa qualidade de vida. Referiu, de seguida, que se até janeiro de dois mil e dezasseis a instalação da Vitrus na rua das Lameiras, freguesia de Polvoreira, trazia algum desconforto aos moradores, desde a instalação das oficinas municipais nesse local que a sua vida se transformou num “inferno”. Não sendo uma questão partidária, considerou que o decisor político não observou a adequação do espaço para os fins pretendidos e não avaliou o impacto da decisão na vida do local, e tudo o resto decorre dessa incompetência primária. Lembrou que a decisão de transferência das oficinas para aquele local foi aprovado, de facto, pelas diversas forças políticas, mas não foi aprovada a dimensão do que ali acabaram por fazer, criando um vizinho ruidoso e mal cheiroso num bairro residencial, com movimento de viaturas pesadas a qualquer hora do dia e, principalmente, da noite, com ruas estreitas sem capacidade de atravessamento por mais que uma viatura de cada vez, sem capacidade de tráfego pedonal e, por tal, insegura para peões, com uma estrutura de pavimento não dimensionada para a finalidade, com ruídos de vária ordem, camiões, equipamentos de lavagem, compressores, etc., etc. Além disso, o impacto na saúde a longo

prazo, com consequências imprevisíveis, o atropelo nas horas de silêncio e a tortura diária do descanso de quem lá vive. Por tudo o que atrás referiu, perguntou como foi possível a Câmara Municipal ter lá realizado uma operação de tamanha envergadura e de tamanho impacto, o que pode ser feito para mitigar esse impacto e em que prazo é possível concretizar essas medidas. Numa segunda dimensão de análise, a política, considerou caber à Câmara Municipal a obrigação de se adaptar ao meio e não exigir às vidas que afetou que se adaptem a uma realidade que a qualquer um dos presentes motivaria, no mínimo dos mínimos, uma oposição totalmente frontal. Lamentou, também, que a Câmara Municipal ainda não tenha conseguido descer do pedestal do absolutismo e dialogar verdadeiramente com quem tanto prejudica, assim como, de se comprometer nas soluções possíveis de mitigação e irradicação dos problemas. Numa terceira dimensão de análise, financeira e de gestão, começou por lembrar que a Câmara Municipal pagará ao proprietário, privado, mais de um milhão e meio de euros ao longo do contrato de arrendamento, perguntando se com este valor não se conseguia desenhar uma solução de raiz, num outro local e com outra adequação à escala e ao tipo de operações que ali efetua. E, a precisar de instalações para esse fim, constantemente e ao longo de vários anos, questionou por que não investir num equipamento que se amortizará com o tempo, salvaguardando, naturalmente, o interesse público. Em conclusão, disse ser este um processo que deve ser revisitado e corrigido. Errar é humano, já persistir no erro pertence a outra dimensão que cabe a quem de direito definir ou, simplesmente, corrigir. -----

Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa, Vereador Municipal, usou da palavra em primeiro lugar para lembrar que a cibersegurança já se fala há muito tempo e não apenas agora com a rede 5G. Referiu que estará sempre do lado da inovação constante, salientando existirem desafios de futuro que se colocam



no presente, como é o caso da transformação digital ou a condução autónoma. Referiu, depois, que inovação constante só faz sentido se tiver os cidadãos no topo das prioridades. Por último, disse que a rede 5G é fundamental, se tiverem um conceito de Indústria 4.0 e de uma sociedade 5.0, posicionando o ser humano no centro da inovação e transformação tecnológica. -----

Adelina Paula Mendes Pinto, Vice-presidente da Câmara Municipal, reiterou as palavras do Vereador Ricardo Costa, dizendo que a questão da segurança é uma prioridade e que estará sempre na ordem do dia, mas a inovação é importante e tem que ser acompanhando com as necessárias medidas de segurança sempre associadas. Quanto aos dados demográficos revelados pelo Instituto Nacional de Estatísticas, onde menciona que a queda demográfica em Guimarães continua a fazer-se sentir, transmitiu que ainda não perceberam muito bem qual as políticas públicas que têm de fazer para inverter ou colmatar este problema da queda demográfica. Quanto à redução da taxa de natalidade, anunciou estarem a trabalhar imenso para conseguir mitigar a redução, ou não renovação da nossa população, relembrando a questão do Plano Nacional de Integração de Migrantes, o Guimarães Acolhe, onde foram pioneiros, a assinatura do Pacto para a conciliação da vida pública com a vida profissional e as várias medidas na componente de apoio à família ao nível do pré-escolar e do primeiro ciclo. Sobre o envelhecimento da população, sabendo que as suas reformas são pequenas, assegurou que temos uma coesão territorial muito forte ao nível das IPSS's, apoiadas pelo Município, destacando, aqui, os inúmeros apoios sociais que a Câmara presta a diversos projetos, como é o caso do Projeto 65+, o apoio a medicamentos, entre outros. Referiu que a Liga das Nações foi mais um desafio que Guimarães e Vitória Sport Clube abraçaram, com

alguma preocupação inicial, mas que foi um objetivo conseguido e que promoveu Guimarães. Depois, concordou que antes de acontecer o 10 de Junho o 24 de Junho já cá estava, sendo esta última data efetivamente a primeira parte portuguesa e, por isso, anunciou que têm tentado mostrar, cada vez mais, que o Dia de Portugal devia ser o 24 de Junho e não o 10 de Junho. De seguida, referiu que o trabalho que têm desenvolvido ao nível ambiental, com as freguesias, com as famílias, com as escolas ou com as Brigadas Verdes, é para se ter uma melhor qualidade de vida. Por último, sobre a questão levantada pelo membro João Salgado Almeida esclareceu que foi contratado um serviço de comunicação, independentemente do código que lhe foi atribuído. Acrescentou não ser nenhuma assessoria encapotada, garantindo que a pessoa contratada faz comunicação e não faz rigorosamente mais nada. -----

Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Vereador Municipal, usou da palavra esclarecer as questões levantadas pelo membro Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, que diz respeito à instalação das oficinas da Câmara Municipal na freguesia de Polvoreira. Anunciou, então, que estavam a trabalhar para encontrar uma solução que elimine definitivamente o acesso pela rua das Lameiras. Acrescentou que a Câmara Municipal e o seu Presidente sempre mostrou a sua disponibilidade para dialogar com um grupo de moradores, ao contrário do que havia sido dito, estando a aguardar que isso se concretize. -----

Foram solicitados esclarecimentos pelos membros Rui Miguel Ribeiro Correia, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira e João Victor Salgado Almeida, aos quais Adelina Paula Mendes Pinto, Vice-presidente, respondeu.

-----**PERIODO ABERTO AO PÚBLICO**-----

----- **INTERVENÇÕES** -----

Sérgio Augusto e Sousa Cunha Machado, residente na rua da Taipa, nº 105,



3º Direito, freguesia de Caldelas, participou a todos os presentes que em trinta de maio de dois mil e dezoito entregou na Assembleia Municipal uma petição, subscrita por dezenas de Taipenses, intitulada “pela construção de um pavimento modelar desportivo exterior de uso gratuito na vila das Taipas”. Participou, também, que esta petição foi erradamente dirigida ao Presidente da Assembleia e posteriormente reencaminhada para o Executivo Municipal. Porém, em cinco de dezembro, cerca de meio ano após ter sido enviada para a Câmara Municipal e por ausência de qualquer informação sobre o assunto entregaram na Câmara Municipal um requerimento a solicitar informação sobre a referida petição, informação esta que até ao dia de hoje ainda não lhe tinha sido prestada. Sendo a Assembleia Municipal o órgão que tem o dever de fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, convidou o Presidente da Mesa e todos os Grupos Parlamentares a dar a sua opinião sobre a postura do Executivo Municipal nesta questão e se, porventura, tinham alguma ideia, ou sugestão, para que obtenha a devida resposta. -----

Lurdes Maria Magalhães Marques, residente na rua das Lameiras, nº 2018, da freguesia de Polvoreira, disse estar ali mais uma vez em nome da Comissão de Moradores das ruas de Lameiras, Formigoso, Carreira e Comandante João de Paiva, pertencentes à freguesia de Polvoreira, para expor a situação gravíssima que ocorre nas referidas ruas. Relembrou que em dois mil e quinze a Assembleia aprovou o contrato plurianual para a deslocalização das oficinas municipais de Creixomil para Polvoreira. Relembrou, depois, que o arrendatário do espaço denominado Estamparia Covas Polvoreira, Complexo Industrial, Fábrica Asa é agora Colinveste - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, criado em dois mil e onze. Seguidamente, informou que a estamparia não fica à face da estrada

nacional, sendo feito o seu acesso por uma caminho sem saída, que é hoje a rua das Lameiras. Informou, também, que desde dois mil e doze a Câmara Municipal tem estudado o local e, igualmente desde essa altura, que é sabida a impossibilidade da expropriação para benefício privado para um acesso alternativo. Mesmo assim, disse ter a Câmara Municipal decidido avançar com a instalação das oficinas municipais onde já se encontrava a empresa Vitrus Ambiente, sem que houvesse um estudo do impacto ambiental e sem consulta pública. Deste então, disse que os moradores têm denunciado o crime ambiental e os perigos para a saúde pública em reuniões de Câmara Municipal e Assembleia Municipal e através de várias queixas/requerimentos junto de entidades oficiais, nomeadamente a Direção Geral da Saúde. Considerou que o processo da instalação das oficinas municipais constituiu uma sucessão de infrações e de falta de transparência que compete à Assembleia Municipal averiguar, lembrando, também, que a Comissão de moradores tem-se desdobrado em esforços para denunciar o crime ambiental cometido pela Câmara Municipal. Pelo exposto, anunciou que a Comissão de Moradores exige a desafetação imediata do local da atividade aí exercida, bem como, um maior envolvimento da junta de freguesia e da Câmara Municipal na restituição da qualidade de vida de todos moradores afetados por esta errada decisão. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, em nome do Grupo Parlamentar do BE, esclareceu que após a aprovação do novo Regimento da Assembleia Municipal, teve o cuidado de enviar um e-mail ao cidadão Sérgio Cunha Machado mostrando a total disponibilidade do Bloco de Esquerda para qualquer esclarecimento que pretendesse. Quanto à intervenção sobre o local das oficinas municipais, mostrou a total simpatia e consideração pelo tema e disse ter estado no local e que, aí, se comprometera a trazer o assunto à Assembleia Municipal, o que aconteceria na sua intervenção no



debate acerca da atividade da Câmara. -----

Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, em nome do Grupo Parlamentar da CDU, quanto à primeira intervenção disse já terem conhecimento do assunto e que já tinham entrado em contacto com o cidadão Sérgio Machado. Relativamente à questão levantada pela segunda cidadã, disse estarem solidários com os todos os moradores, mas que pouco ou nada podiam fazer por serem uma força minoritária, dizendo esperar que o assunto venha a ser resolvido, o mais rapidamente possível, por quem tem essa responsabilidade. -----

Ângela Ivone Rodrigues Oliveira, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, sobre a primeira intervenção, disse apenas que o CDS podia solicitar que a Câmara Municipal o informe qual a sua posição sobre a petição apresentada e, caso obtenha resposta, a reencaminhava para o cidadão Sérgio Machado. Relativamente à segunda intervenção, comunicou que só agora voltaram a abordar a questão das oficinas municipais, porque achavam que o problema estava a ser solucionado o que, lamentavelmente, não aconteceu. Assim, com o movimento cívico e com a intervenção que a Comissão de Moradores conseguiu levantar, a qual saudou, exortou a Câmara a dar uma solução final a este problema. Por último, disse estarem totalmente solidários com estes moradores. -----

Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, agradeceu aos dois cidadãos pela sua participação, começando por informar ao cidadão Sérgio Machado que estavam disponíveis para perceber o se passou com a referida petição e que se entendessem que fazia sentido que a Coligação Juntos Por Guimarães interferisse neste, ou noutro fórum, fá-lo-iam. Disse, ainda, que não se reveem, de todo, numa Câmara Municipal que recebe uma petição que

implica uma comunidade ou um conjunto de cidadãos que se juntam em defesa de algo que é legítimo e de seu interesse e faz de conta que não recebeu nada. Relativamente à questão de Polvoreira, referiu, dirigindo-se aos moradores e à cidadã que usou da palavra, que se não for desta que o problema se resolva, será da próxima, ou na seguinte, pois o próprio Presidente da Junta de Freguesia já tinha assumido nesta sessão que existiu, efetivamente, um erro, sendo que os erros, por muito que custe assumir, devem ser devidamente corrigidos. -----

Nelson José Guimarães Felgueiras, em nome do Grupo Parlamentar do PS, começou por transmitir ao cidadão Sérgio Machado que o PS tinha conhecimento da petição e que considerava que estas devem ser valorizadas e respondidas. Sendo um tema da responsabilidade da Câmara Municipal lembrou que todo o cidadão pode participar nas reuniões do executivo Municipal e aí ter a oportunidade de obter uma resposta direta. Contudo, acrescentou que o Partido Socialista tem uma opinião concreta sobre o tema da petição, do ponto de vista da oferta dos equipamentos, o de continuar a criar condições para a prática desportiva, sendo sinal disse o investimento que foi feito no polidesportivo das Taipas que, neste momento, tem um custo associado muito residual. Quanto à questão referida pela cidadã Lurdes Marques, disse que a Câmara já tinha feito o retrato das medidas e diligências que está a tomar, que o problema está identificado e que está a ser trabalhada uma solução para comunicar aos cidadãos. Disse que é importante estar solidários com os problemas das populações, sendo isto transversal a todos os Grupos Parlamentares, mas a grande diferença está naqueles que têm capacidade e naqueles que dizem, de facto, quais são as soluções para os problemas que são encontrados e, neste aspeto, o Partido Socialista está a trabalhar e a curto prazo o problema poderá estar solucionado. -----



-----ORDEM DO DIA-----

----- DELIBERAÇÕES -----

ASSEMBLEIA: -----

1 - Aprovação da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 29 de abril de 2019. -----

Foi dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

Submetida à votação a Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade.

Não participaram na votação da Ata de 29 de abril de 2019, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Maria José Teixeira Martins, Paulo Pinto de Carvalho Freitas do Amaral, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Célia Maria de Abreu Magalhães, João Victor Salgado Almeida, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro, Marta Filipa da Silva Gonçalves e Manuela Fernanda Oliveira Salgado Ferreira Ribeiro. -----

1 - Aprovação da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 3 de maio de 2019. -----

Foi dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

Submetida à votação a Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade.

Não participaram na votação da Ata de 3 de maio de 2019, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: António Fernando Macedo Ribeiro, Maria José Teixeira Martins, Paulo Pinto de Carvalho Freitas do Amaral, Augusto Rafael Capela Duarte, Emídio Guerreiro, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, André Filipe Castro e Sousa Casalta, Célia Maria de Abreu Magalhães, João Victor Salgado Almeida, Maria da Conceição da Cunha e Castro, António Brás Mendes Pereira, João Manuel Gonçalves

Miranda, Marta Filipa da Silva Gonçalves, José Augusto da Costa Araújo e
Manuela Fernanda Oliveira Salgado Ferreira Ribeiro. -----

MEDALHAS HONORÍFICAS -----

3 - 24 DE JUNHO DIA UM DE PORTUGAL - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS HONORÍFICAS - MEDALHA DE HONRA DA CIDADE. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto, a proposta designada por “24 de Junho Dia Um de Portugal – Atribuição de Medalhas Honoríficas – Medalha de Honra da Cidade”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Resultado da votação: -----

Votantes = 82 Membros; **SIM** = 61 votos; **NÃO** = 18 votos; **BRANCOS** = 2 votos; **NULOS** = 1 votos. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

4 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2018. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Consolidação de Contas 2018”, aprovada pelo Executivo Municipal em reunião realizada a trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **5 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal a Certificação Legal das Contas – Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e relato sobre outros requisitos legais e regulamentares, apreciada pelo Executivo Municipal em reunião realizada a trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** o ponto 4, por maioria, com **79 votos a**



favor (21 eleitos do PS, 34 Presidentes de Junta do PS, 9 eleitos do PSD, 10 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP, 1 eleito do BE e 1 eleito Independente) e **3 abstenções** (3 eleitos da CDU). -----

CÂMARA -----

6 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o relatório da atividade da Câmara Municipal de Guimarães, no período compreendido entre um de abril e 31 de maio, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar do BE, fez a sua intervenção acerca da atividade da Câmara Municipal, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“15 de Maio de 2019, Rua das Lameiras, Covas, Local onde estão instaladas as oficinas da Câmara Municipal de Guimarães. Esta referência geográfica tem a maior importância para não nos esquecermos que estamos a falar de pessoas. Pessoas que não mereciam ser enganadas. Inicialmente, quando estes serviços foram para lá transferidos, foi dito à população local que não haveria motivos para preocupações. Bem, verifica-se e tem-se verificado que há já muito tempo assim não é. O barulho intenso provocado pelo movimento dos camiões de recolha do lixo começou por ser umas das queixas, pois impede os moradores ao descanso a que têm direito, contribuindo para um mau estar geral. Houve até quem se visse obrigado a reforçar o isolamento nas portas e janelas na tentativa de minimizar o incómodo, mas o problema não ficou resolvido. Contudo, o barulho e o perigo que a entrada e saída de camiões provoca não é o único problema e a situação tem vindo a degradar-se. Os maus cheiros a que estes vimaranenses têm sido sujeitos é também um fator de*

descontentamento que nos últimos tempos foi agravado, imagine-se, com uma praga de ratazanas, que invadiu os quintais e garagens dos moradores, tendo até havido quem tenha sido surpreendido com a presença dos “fofinhos” animais dentro de máquinas de lavar roupa. Existe ainda outra situação que se prende com o processo de lavagem dos camiões, e coloco aqui uma questão clara ao Senhor Presidente: para onde é encaminhada a água resultante desta tarefa? Será que o destino é o rio que passa próximo destas instalações? E, meus senhores, preocupante é também a forma como os habitantes desta zona foram tratados quando, fartos da inércia, tanto da Junta de Freguesia, como da Câmara Municipal, decidiram manifestar-se à porta das Oficinas camarárias. Foram confrontados com forte presença policial na tentativa de os demover. Mas estes vimaranenses não desistiram e não desistem. Continuarão a exercer o seu direito à indignação e a manifestarem-se. Fizeram-no por vários dias na tentativa que alguém responsável fosse ter com eles, ouvisse as suas queixas e se empenhasse em resolver o problema, mas não, em vez da compreensão das suas justas posições, houve aparato policial e identificação de populares. De que que este executivo tem medo para fugir ao diálogo com as pessoas? O Bloco de Esquerda está ao lado destas pessoas e acompanha as suas reivindicações. Por isso, pergunto-lhe Senhor Presidente, se refletiu sobre estes acontecimentos e se tem alguma palavra de conforto e esperança a dar a estas pessoas? Pensa ou não resolver este problema e de que forma? Peço-lhe que seja claro, Senhor Presidente. Outro assunto que gostaria de aqui colocar está relacionado com a transparência na governação deste executivo. Verificamos que, no Portal de Compras Públicas BASE.GOV, constam dois contratos de aquisição de serviços, um no valor de 27.500 euros, com data de março de 2018, e um outro de 40.000 euros, com data de fevereiro de 2019, relativos a ajustes diretos em regime de avença entre este



executivo e Paulo Mendes Machado. O documento divulgado naquela plataforma refere que o valor é pago em função de uma proposta apresentada, um ofício convite e um caderno de encargos. Como é lá referido, estes documentos estão arquivados em pasta anexa e fazem parte integrante do contrato. No entanto, esta informação da maior relevância não está disponível para consulta. Esta ausência de informação torna viáveis as legítimas desconfianças na contratação de um jornalista para prestar serviços à Câmara Municipal. Será que o objetivo é a promoção pessoal e tratamento de imagem pública do Senhor Presidente nos órgãos de comunicação social? Ou será para promoção de algum outro elemento da vereação? O que o Bloco de Esquerda pretende ver esclarecido é a efetiva função para que esta pessoa foi avençada, de que forma exerce a sua atividade, e porque é que estes documentos que consideramos ser da máxima importância em matéria de transparência não estão acessíveis para consulta.” -----

Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Polvoreira, pediu esclarecimentos, aos quais Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro respondeu. -----

Maria de Jesus Teixeira Carvalho, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, sendo Guimarães Cidade Educadora, mencionou que a educação constitui-se como um dos fatores mais decisivos no desenvolvimento humano e que é uma prioridade da Câmara Municipal de Guimarães. Acrescentou que o Município tem centrado a sua ação no conceito, enquanto chave de acesso ao Século XXI, de que a educação deve estar vinculada à ampliação e ao aprofundamento da cooperação internacional, à aposta na governança partilhada, bem como, na capacitação das pessoas e entidades no estímulo à cidadania ativa, a par da promoção de um saudável crescimento da

sociedade civil nas múltiplas formas de intervenção e de concretização. Acrescentou, também, que a cidade educadora tem personalidade própria, relacionando-se com o seu meio envolvente, com os outros centros urbanos do seu território e com cidades de outros países, tendo como objetivo permanente aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes. Acrescentou, ainda, que a rede territorial portuguesa de cidades educadoras é constituída por todos os municípios portugueses que são membros da Associação Internacional de Cidades Educadoras, tendo como objetivo promover os princípios da Carta das Cidades Educadoras no âmbito dos municípios, bem como fomentar o debate, refração das atividades que emanem no desenvolvimento dos princípios a nível de cada município e todo o seu território nacional. Informou que a Rede promove encontros nacionais, espaços de formação, de partilha de boas práticas, de debate sobre funcionamento da rede, com a participação de autarcas, técnicos e outras atividades e entidades convidadas. Os congressos nacionais e internacionais da Associação promovem o debate conceptual para a participação em grupos de trabalhos temáticos, intercâmbio de ideias, boas práticas de trabalho entre cidades da rede portuguesa e, também, de algumas estrangeiras. Assim, congratulou Guimarães por fazer, oficialmente, parte da Rede de Territórios de Cidades Educadoras com um processo de adesão que se tornou recentemente oficializado, e abarcando, deste modo, a solidificação do trabalho feito, além do trabalho formal com as escolas, observa-se intervenções de melhoria em muitos estabelecimentos escolares e investimentos nas suas infraestruturas físicas, como é exemplo a nova Escola Básica das Taipas. Todavia, disse que a escola não se faz somente dos seus espaços, os múltiplos projetos e atividades em curso, impulsionam a valorização das artes, da educação ambiental, do património e do desporto, numa perspetiva de equidade e



contributo para a construção do cidadão do Século XXI, conforme perfil definido e plasmado no Projeto Educativo Municipal desde dois mil e quinze, assim como, pela disponibilização de equipamentos culturais que possibilitam às escolas EB1, e a quem nos visita, o conhecimento assente na história, como por exemplo o Projeto Reconhecer Guimarães, entre outros. Realçou a importância da ligação da escola à Universidade, pela aposta no empreendedorismo e na transferência de conhecimento para as empresas e, destas, para dentro dos muros das escolas, pela dinâmica de promoção de encontros, congressos, seminários, Workshops nacionais e internacionais que contribui primordialmente para a transmissão de saberes a vários níveis, mas também para a promoção de cidade enquanto agente transformador. Os inúmeros projetos onde o Município se integra e disponibiliza para as intervenções pioneiras, como o projeto ProChild, que a partir do conhecimento desenvolve práticas de intervenção social, constituindo um observatório a partir do qual as atividades se reajustam à inovação, a uma intervenção efetiva, para o contexto. Pegando na expressão “é preciso toda a aldeia para educar uma criança”, concluiu dizendo que Guimarães precisa de todas as crianças para educar uma comunidade para o futuro. -----

Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, fez uma intervenção sobre a atividade da Câmara Municipal, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“O processo de agregação de centenas de freguesias, concretizado com a lei nº 11-A/2013, inseriu-se num objetivo mais amplo de limitação do poder local democrático, consagrada na Constituição da República Portuguesa. A extinção das freguesias, à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos, inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal*

medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas. Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias. A reforma administrativa, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, agravou os principais problemas com que se confrontam as freguesias. Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações. Num momento em que tanto se invoca a proximidade em nome da “descentralização”, não faz sentido que se mantenha adiada a reposição das freguesias extintas, elas mesmo um elemento essencial da proximidade e resolução dos problemas das populações. Senhor Presidente, recentemente foi publicado na comunicação social local uma notícia que provocou alguma inquietação. Segundo essa notícia, poderia ocorrer mais agregações de freguesia no nosso concelho, reduzindo ainda mais drasticamente o número de freguesias em Guimarães. Que conhecimento tem a Câmara Municipal da possibilidade de extinção de mais freguesias do nosso concelho? A CDU considera que se deve voltar à discussão da reposição das freguesias, de acordo com a vontade das populações e dos eleitos do poder local. A CDU sabe que em Guimarães são varias as freguesias que querem recuperar a sua identidade e história. Para quando a prometida discussão sobre a reposição de freguesias no nosso concelho? É o momento de trabalhar pela reposição e recusar novas agregações que são na prática extinções. Como sabem a CDU tem vindo a colocar no centro da sua atividade, as questões da mobilidade, seja na redução do preço dos passes, seja pela melhoria dos serviços de



transportes públicos, seja na construção de infraestruturas. Trazemos aqui uma matéria que nos merece reflexão: O Presidente da Câmara de Vizela anunciou que o comboio Alfa e o Intercidades irão passar a ter paragens em Vizela a partir do dia 7 de Julho. A Câmara de Guimarães interveio nesta matéria, foi ouvida, conhece esta alteração? O tempo de viagem irá obviamente aumentar, vai também existir um aumento da frequência para compensar esta alteração? Que diligências estão a ser tomadas pela Câmara no sentido de melhorar o serviço de comboio, a Câmara tem reclamado mais e melhores comboios?” -----

Ana Paula Cardoso Lemos Damião, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez uma intervenção sobre a despoluição do rio Ave, lendo em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“Começo por denunciar mais um lamentável caso para chegar à conclusão que o Município não tem uma verdadeira política ambiental, estruturante, consistente, eficaz e que se veja. Há verborreia, há ideias, há projetos idealizados mas não há uma verdadeira política ambiental eficaz no concelho, o que é uma pena. Referencio assim o caso: mais uma vez, há umas semanas verificou-se em Ponte uma rotura de uma conduta das Águas do Norte, sem esquecer que pouco tempo antes foram as da Vimágua. É perturbador que estas entidades públicas sejam tão negligentes e provoquem tais atentados ambientais. O Rio Ave é de todos e os entes públicos que dele se servem têm que ter outras responsabilidades. Se as infraestruturas que usam estão subdimensionadas, obrigue-se-as a substituir as condutas com dimensões maiores e mais adequadas às necessidades. É tão negligente quem pratica os atos como o é quem tem a obrigação de fiscalizar e não exige. É à Câmara que compete cuidar e fiscalizar o Rio Ave assim como é controlar os entes públicos e privados que dele se servem. Há um desígnio municipal de sermos Capital Verde Europeia,*

desígnio esse que estará ad eternum comprometido se se continuarem a verificar estes atentados ambientais. Não podem uns andar a sonhar e querer fazer e outros irresponsavelmente a comprometer essa vontade. Urge exigir aos prevaricadores responsabilidades e investimentos de resolução dos constrangimentos evidentes. Na prática traduz-se em exigir a estas entidades que substituam as condutas por outras maiores ou de outro tipo mais pro que não causem as roturas e os danos que ciclicamente se verificam. Chega de inação e de falas mansas. A Câmara tem que uma vez por todas exigir a estas entidades um plano de investimentos que permita resolver definitivamente a situação no curto prazo. Na sessão desta AM de 22 de fevereiro quanto a este concreto aspeto apresentamos uma moção intitulada Plano de despoluição e revitalização da bacia hidrográfica do Rio Ave que foi votada favoravelmente, mas não passa de papel. E papel há muito. Vejamos, todos aceitamos o repto da Câmara de sermos cada vez mais verdes; a própria Câmara tem que, por isso, prosseguir o caminho de melhor verdura e este caminho não pode ter falhas nem ser feito aos bochechos e só em algumas vertentes porque isso é um erro. É bom ter ecopistas e ciclovias mas essas de per si não resolvem nada, nem sequer tiram o trânsito de dentro da cidade. São boas, mas representam pouco no bolo ambiental. Acresce a isto que o plano de transportes públicos não passa ainda de mera intenção. Vamos lentos e atrasados. Há que caminhar com mais fulgor e determinação. Os projetos junto da comunidade escolar são importantes, mas é curto. Há que educar e exigir a todos que limpem as porcarias dos seus animais, que ponham o lixo sempre nos contentores, que haja mais contentores, que se limpe os contentores, que a recolha do lixo seja mais frequente em todo o concelho, que as beatas vão para os cinzeiros, que se coloquem mais cinzeiros no espaço público, que as deslocações sejam feitas em transporte público, que haja mais e melhor transporte público,



enfim, um sem fim de coisas que é preciso acelerar. Para chegarmos a capital verde Europeia temos que nos tornar no município mais verde de Portugal e ainda estamos longe disso. O Rio Ave é um elemento absolutamente fulcral para lá chegarmos. É quase a estrela da companhia. É verdade que a Câmara em 2015, na sequência de várias descargas brutais e abomináveis de algumas empresas decidiu agir e reunir a toda a pressa com varias entidades, vindo a resultar a elaboração do Plano de Ação para a Despoluição do Rio Ave e tudo melhorou bastante, sobretudo ao nível da fiscalização e sensibilização mas, permita-se-me, não o suficiente. Esse plano de ação previa candidaturas a fundos comunitários quer para requalificar e revitalizar as margens quer ainda para realizar investimentos nas infraestruturas que acompanham o rio. Perguntamos assim à Câmara que projetos foram apresentados, aprovados e executados quanto a esta concreta questão de dimensionamento das infraestruturas paralelas ao rio pertença das Águas do Norte e Vimágua? Perguntamos ainda que concretos projetos de revitalização das margens foram implementados desde 2015 porque não conseguimos dar fé de nenhum. Como consta da nossa moção, a Assembleia da Republica aprovou a Resolução nº 63/2017 de 11 de abril, na qual se recomenda ao Governo que implemente um plano de despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do Ave. O Governo nada fez. O Governo nada disse. Mas tem de dizer e fazer! Pela moção que apresentamos e a que supra me referi, deliberamos todos recomendar ao Governo que cumpra a recomendação aprovada por unanimidade na Assembleia da República. Se servir de ajuda ponhamos os olhos nos que vão mais à frente. O rio Leça que nasce em Santo Tirso, atravessa Valongo, Maia e desagua em Matosinhos vai ser requalificado, onde vai nascer um corredor verde nas suas margens. A iniciativa da requalificação é da Camara de

Matosinhos e vai ter um custo global de €19,7 milhões de euros e 85% deste montante provem do programa europeu Norte 2020. Como é barato para os cofres municipais requalificar e ser verde. O projeto é tão interessante que prevê a ligação do corredor verde das margens aos transportes públicos. Se não soubermos fazer copiemos e perguntemos a quem sabe e já fez. Não é vergonha nenhuma. Importante é andar. A pegada do “vou fazer” começa a ser gigante e cansativa. A Câmara tem que estar ao serviço das pessoas sob pena de certas bichezas tomarem conta de nós. Digo bichezas e não bichos porque não quero ofender Miguel Torga. De uns tempos a esta parte tem havido notícia que o mundo animal anda entusiasmado e à vontade: Em Urgeses são cobras que frequentam a escola, em Sta Luzia são baratas que povoam o estabelecimento de ensino e em Polvoreira os ratos andam em festim. Respeitar o ambiente não é deixar que estas criaturas frequentem sítios para os quais não foram convidados. Porque será que o mundo animal está a pôr as garras de fora? -----

Marta de Abreu Coutada, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez a análise acerca da atividade da Câmara Municipal, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se reproduz: *“É hoje em dia por todos reconhecida a importância da participação e do envolvimento dos cidadãos no desenvolvimento de uma comunidade. Uma das formas mais nobres de participação é, precisamente, o voluntariado, a mobilização genuína e desinteressada de cidadãos em benefício de outros e/ou em torno de causas maiores. Foi sempre, e continua a ser, através da ação voluntária de inúmeros cidadãos que grandes organizações não-governamentais, como a Cruz Vermelha, os Médicos Sem Fronteiras, a Amnistia Internacional, de entre outros, conseguem levar a cabo as suas missões humanitárias e ajudar quem mais precisa. É, igualmente, através da ação e dedicação voluntária de inúmeros cidadãos que temos, em Portugal, um terceiro setor ativo,*



*dinâmico e que representa mais de 5% do emprego total nacional. Aliás, a este respeito, não posso deixar de salientar as centenas de pessoas que em Guimarães dedicam o seu tempo, em regime de voluntariado e com grande qualidade, a dirigir as IPSS's do concelho e a fazê-las crescer. O voluntariado representa, também, um instrumento que muitos cidadãos aposentados utilizam para se manterem ativos e, após uma vida de trabalho, se dedicarem a uma causa que os motiva e para a qual têm finalmente tempo disponível. Mas é, também, uma forma de muitos cidadãos em idade ativa e com uma vida profissional intensa terem um propósito, e dedicarem algum do seu tempo a contribuir para o bem-estar de outros e a fazerem o que gostam sem pedir nada em troca a não ser a satisfação de sentirem que fazem a diferença. Foi por ter tomado consciência da importância crescente do voluntariado nas sociedades contemporâneas e, em particular, na sociedade vimaranense, que a Câmara Municipal de Guimarães, decidiu criar o Banco Local de Voluntariado. E, fê-lo em boa hora, porque o voluntariado não se pode confundir com voluntarismo, porque para ser eficaz no seu propósito e seguro para quem o pratica tem que ser devidamente organizado e formalizado. O Banco Local de Voluntariado do concelho de Guimarães constitui, há já vários anos, uma **estrutura de encontro entre a procura e a oferta de voluntariado**, de encontro e de confluência entre as pessoas que desejam praticar voluntariado e as organizações públicas e privadas que promovem projetos de voluntariado. Constitui, igualmente, a estrutura que **permite que a atividade de voluntariado em Guimarães esteja convenientemente organizada**, proporcionando formação aos seus voluntários, bem como, às organizações que promovem voluntariado, garantindo a formalização de contratos de voluntariado para todas as ações que se iniciam, garantindo um seguro de acidentes pessoais para todos os*

*seus voluntários, garantindo a avaliação contínua da ação dos voluntários e das organizações que os acolhem, em suma, garantindo que as ações e projetos de voluntariado que apoia e para as quais encaminha voluntários, cumprem todos os requisitos legais e cumprem os seus propósitos. É por reconhecerem a importância do papel do Banco local de Voluntariado que este conta com **1466 voluntários inscritos**, a maioria dos quais com frequência de formação inicial, e **319 projetos** de voluntariado inscritos, participando também a grande maioria das organizações proponentes em ações de informação e sensibilização. Senhores e senhoras deputadas, **são vários os projetos que já beneficiaram e/ou beneficiam da colaboração de inúmeros voluntários**, como por exemplo a Capital Europeia do Desporto, a Feira Afonsina, a recente campanha SOS Moçambique, no entanto, gostaria de destacar aquele que pelos seus objetivos e pela diversidade de voluntariado envolvidos retrata na perfeição de como toda uma comunidade se mobilizou para dar resposta a uma necessidade, é ele o projeto “Guimarães Acolhe”. De facto, o “**Guimarães Acolhe**”, que tem por missão o acolhimento de pessoas com necessidade de proteção internacional, é fruto da concertação de esforços de pessoas e organizações que, de forma voluntária, se juntaram em torno de uma causa. Agrega, assim, para além de voluntários individuais, uma série de voluntários organizacionais, que de forma livre e desinteressada colocam os seus recursos ao serviço do acolhimento e acompanhamento de pessoas com necessidade de proteção internacional, sob coordenação da Câmara Municipal, sendo reconhecido como uma boa prática pelo Conselho Português para os Refugiados. Todo o trabalho desenvolvido pelo Banco Local de Voluntariado e a forma como este se encontra organizado, foi a semana passada reconhecido pela Confederação Portuguesa do Voluntariado com a atribuição do **Selo de Qualidade em Voluntariado Joint4Change**, no seu nível mais elevado, o da*



***Excelência.** Ou seja, não é o Município, nem tão pouco o Partido Socialista de Guimarães, que afirma a qualidade do serviço prestado à Comunidade pelo Banco Local de Voluntariado, é uma organização independente que, em parceria com o Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária e a Associação Portuguesa de Qualidade, atribuiu o Selo Excelência àquele serviço e o colocou ao lado de organizações como o Grupo Montepio, sendo o primeiro município do país a ter um Banco Local de Voluntariado com este Selo de Qualidade. Efetivamente, o Selo de Qualidade em Voluntariado Just4Change é um sistema de **identificação, análise e valorização da qualidade de práticas de gestão de programas de voluntariado**, compreendendo 3 níveis (compromisso, prestígio e excelência) para diferenciação positiva de boas práticas na gestão de voluntariado. Para conseguir a atribuição do nível de Excelência, o **Banco Local de Voluntariado teve que comprovar cumprir 18 dos 20 requisitos de análise**, de entre os quais destaco: a existência de um programa de voluntariado, a existência de procedimentos de recrutamento, a existência de um programa de formação inicial e contínua para voluntários, a celebração de acordos/contratos de voluntariado, a cobertura de todos os voluntários por um seguro de acidentes pessoais, a existência de mecanismos de feedback sobre o resultado das ações, a existência de mecanismos de reconhecimento do trabalho dos voluntários, de entre outros. Em suma, este Selo constitui o reconhecimento de que Guimarães possui uma política de promoção e gestão de voluntariado de grande qualidade e que nos deve a todos orgulhar. No entanto, o Selo de Excelência não é um fim em si mesmo, mas antes uma responsabilidade acrescida, tendo em conta que coloca ao Banco Local de Voluntariado a exigência de manter os níveis de qualidade a que nos habituou, a melhorar os aspetos que requerem melhoria, e a inovar na sua*

*ação. A este respeito, lançamos a desafio à Câmara Municipal para que, no âmbito da dinâmica do Banco Local de Voluntariado, leve a cabo uma estratégia de promoção do **voluntariado corporativo**, envolvendo empresas vimaranenses em ações de voluntariado. Termino felicitando a Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente, pelo trabalho desenvolvido pelo Banco Local de Voluntariado e agradecendo a todos os vimaranenses que dedicam parte do seu tempo a participar em ações de voluntariado em prol do bem comum, até porque Guimarães é de todos e precisa de todos.” -----*

Paulo Miguel Lima Peixoto, do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção relativa à atividade da Câmara Municipal, lendo, em voz alta, o teor do seguinte texto: “1 - O CDS já teve oportunidade de, publicamente, parabenizar os co-organizadores da Liga das Nações, pelo evento que decorreu em Guimarães e que, contribuiu para a promoção Turística da cidade. Contudo, da mesma forma que evidenciamos e registamos o que correu bem e aqui, podemos referir o planeamento e a organização em termos de segurança, podemos e devemos registar e assinalar, o que de menos bem funcionou. E desde logo ressaltam à vista dois aspetos que, em situações futuras devem ser acautelados. O primeiro prende-se com as condições sanitárias. A quantidade de pessoas que afluíram a Guimarães, não foi muito diferente daquela que a organização tinha previsto. 2 - E se, por um lado, toda a estrutura social e económica se preparou para afluência, designadamente com o reforço do stock de bebidas, também, deveria ter pensado que o corpo humano tem necessidade para expelir esse “stock”. Foi penoso ver, as filas de pessoas que se acantonaram debaixo dos Arcos entre as Praças da Oliveira e São Tiago, para, espasme-se, numa esquina, proceder às suas necessidades fisiológicas. Senhor Presidente, Guimarães, tem experiência na realização de grandes eventos, como por exemplo, as Festas Gualterianas, o cortejo do Pinheiro e a



Feira Afonsina, apenas para citar aqueles que mais pessoas movimentam e, já deveria saber que nestes momentos, é fundamental que se proceda ao reforço de sanitários públicos, mesmo que, recorrendo à solução dos amovíveis. Também não é compreensível que, os comerciantes do centro histórico que fizeram requerimentos para instalar balcões na via pública, fossem notificados do seu deferimento, na própria quinta-feira à tarde, dia do jogo. 3 - É incompreensível que o trabalho dos gabinetes não tivesse acompanhado a velocidade dos trabalhos que se verificavam na rua. Como não se compreende que, à última da hora e, supostamente, para cumprir regras da UEFA, fossem ordenadas que as publicidades de determinadas empresas tivessem que ser escondidas, com recurso a plásticos e a métodos demasiado arcaicos. Mas essas regras não eram conhecidas? É que a imagem que passou para o exterior, foi toda, menos aquela que se queria demonstrar, de zona nobre e engalanante, Património Mundial. E por fim, relativamente a este tema, quer este evento quer o Sunset do passado fim-de-semana, foram um autêntico teste para o Verão que se avizinha e para os muitos eventos que promovemos. Sabemos que não se pode agradar a Gregos e a Troianos, mas será que é esta imagem de Guimarães que nós queremos no final de cada festa? 4 - As redes sociais foram inundadas com fotografias que em nada nos orgulha. Como facilmente se perceberá, a política do copo reciclável, não é a solução para o problema. E aqui acrescento que, o que eu vi é substancialmente diferente da visão que o deputado Hugo Teixeira do PS teve, e que partilhou no PAOD. E se queremos ser Capital Verde Europeia, é nestes pequenos pormenores que temos que investir para começar a construir um futuro verde. E já agora, por falar em verde, esperemos que quando Guimarães for Capital Verde Europeia, já não tenhamos que assistir ao negro que é a situação em Polvoreira. As oficinas

municipais já foram transferidas há mais de 3 anos, e, os problemas provisórios, teimam em parecer definitivos. E não é só o tráfego que já foi abordado no PAOD; É o ruído; É a segurança; 5 - É o mau cheiro; Enfim, é a saúde e o bem-estar público que está em causa. Depois de várias reclamações, inclusive, nesta câmara, eis que os moradores desesperados, adotaram outros meios de luta. Sabemos que é um problema complexo. Contudo, não ficamos satisfeitos com a resposta de que é intenção do município resolver o problema. “De que estamos a trabalhar...” “Temos a solução e queremos resolver...” De que o município está atento e vai resolver o problema. Quando preparei esta intervenção, não adivinhava que os fregueses de Polvoreira, aqui estariam. Assim, o CDS quer saber quais as medidas em concreto que estão a ser adotadas e quais as que estão previstas e, muito mais importante que isso, quando é que o assunto deixa de ser tratado de forma paliativa e passa a ser tratado de forma definitiva. 6 - A verdade é que não há soluções concretas! São assuntos tratados de forma muito verde que, impedem que a candidatura de Guimarães a Capital Verde esteja madura!” -----

Domingos Bragança, Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, começou por referir que em qualquer local onde instalem a Vitrus e as oficinas municipais, com todas as viaturas de recolha de lixo, irá provocar sempre desagrado, lembrando que também tinham problemas quando estas estavam instaladas em Creixomil. Acrescentou que cada vez têm mais viaturas, viaturas que têm de ter um estacionamento e oficinas. Ainda sobre o assunto, informou ter manifestado disponibilidade, através do Presidente da Junta, para receber, a qualquer dia e a qualquer hora, um grupo de moradores, o que até à data ainda ninguém apareceu. Participou já terem uma solução pronta que será apresentada à Junta de Freguesia e aos moradores e, no caso de essa



solução não resolver o problema será estudada a possibilidade da sua deslocalização, dizendo concordar que o acesso pela estrada agora existente, no perímetro das habitações, é efetivamente desagradável. Sobre o Gabinete de Comunicação, esclareceu que a Câmara contratou um funcionário para a comunicação, por ajuste direto, e no enquadramento legal, por entender ser muito importante comunicar aos vimaranenses o que se vai realizando. Referindo-se à intervenção de Maria de Jesus Teixeira Carvalho, reconheceu como sendo central a aposta na educação, quer para o presente quer para o futuro. Depois, disse estar de acordo com a reposição das freguesias extintas, anunciando já ter transmitido essa opinião a quem de direito. Quanto ao teor da intervenção de Ana Paula Cardoso Lemos Damião, começou por dizer que definiram um caminho de desenvolvimento sustentável e de ecologia, com educação ambiental nas escolas, com as Brigadas Verdes e com a envolvimento de todos os cidadãos. Relembrou que a Câmara Municipal não tem poderes de fiscalização, competendo-lhe, apenas, reportar as contaminações que acontecem na bacia do Ave ou noutras linhas de água. Informou, por último, que as Águas do Norte é que têm de resolver a questão do subdimensionamento das roturas do saneamento em alta, para que seja possível levar por diante o grande desafio que é a despoluição completa da Bacia do Ave, do Selho e de Vizela. -----

Foram solicitados esclarecimentos pelo membro Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, aos quais Domingos Bragança respondeu. -----

REGULAMENTOS TAXAS -----

7 – ABERTURA AO PÚBLICO DO PARQUE CAMÕES. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “abertura ao público do Parque Camões”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por

reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Joaquim Jorge da Mota Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira, mostrou o seu agrado por estarmos a poucas semanas do parque de Camões se tornar uma realidade, uma obra que decorreu sem grandes constrangimentos de trânsito, sem grandes incómodos para os vimaranenses e, acima de tudo, respeitando a traça arquitetónica dessa zona e preservando o património arqueológico lá existente. Evidenciou a qualidade do projeto, dizendo ter permitido requalificar uma área que se encontrava abandonada e em processo de degradação, acrescentando, desta forma, mais cidade á cidade. Concluiu, congratulando a Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, pelo cumprimento de mais um dos compromissos assumidos aos vimaranenses. -----

Domingos Bragança, Presidente da Câmara, usou da palavra para agradecer as palavras que lhe foram endereçadas, acrescentando que o parque de Camões vem resolver um problema enorme da necessidade de estacionamento de proximidade ao centro da cidade e que permitiu a requalificação daquela zona, trazendo conforto a todos os moradores, nomeadamente, pela possibilidade, no período noturno, ter estacionamento gratuito. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com 81 votos a favor (21 eleitos do PS, 34 Presidentes de Junta do PS, 9 eleitos do PSD, 10 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP, 3 eleitos da CDU e 1 membro Independente) e 1 voto contra (1 eleito do BE). -----

-----**DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, em nome do Grupo Parlamentar do BE, proferiu o seguinte: *“O Bloco de Esquerda sempre se manifestou contra a construção deste parque de estacionamento no centro da cidade, por ser contrária a uma política desejável de retirada dos veículos do centro, com vista à diminuição dos congestionamentos, ruído e poluição ambiental.*



Além disso, não se compreende que, após um investimento de cerca de 14 mil euros na construção de cada lugar de estacionamento, a utilização desse espaço entregue seja gratuitamente, ou quase, a uma parte dos vimaranenses. Uma subscrição de 16 euros teria de ser renovada por 72 anos para compensar o investimento inicial realizado. Considerando ainda que há lista de espera para os restantes parques de estacionamento, prevê-se que todos os lugares sejam imediatamente ocupados por moradores e comerciantes, não sendo possível servir os vimaranenses que se deslocam ao centro para compras no comércio tradicional, por exemplo. Acresce que, aos munícipes com iguais responsabilidades em termos de pagamento de impostos em Guimarães não lhes é dada a mesma benesse, criando uma discriminação incompreensível. Saliento que, quando alguém compra um veículo automóvel, seja morador no centro da cidade ou em qualquer outra parte do concelho, não compra o direito de ocupar o espaço público para o estacionar. Para isso, deve estar sujeito às mesmas condições de qualquer outro automobilista: compra garagem, estaciona na rua nos lugares livres, ou aluga um lugar no parque público. Entendemos que esta proposta visa única e exclusivamente limpar a imagem do Partido Socialista e fazer esquecer toda a contestação popular que foi feita a esta obra. Por isso, votamos contra.” -----

Armindo José Ferreira da Costa e Silva usou da palavra para lavrar um protesto considerando ter sido utilizada a figura regimental da declaração de voto para criticar o ponto em discussão, não permitindo, desta forma, a réplica por parte de outras bancadas. Na sequência deste protesto, o **Presidente** informou ser entendimento da Mesa que a intervenção se enquadrava dentro daquilo que o Regimento prevê, ou seja, explanou as razões pelas quais discorda e pelas quais votou contra. -----

Ângela Ivone Rodrigues Oliveira, em nome do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, proferiu o seguinte: *“O CDS-PP votou favoravelmente este regulamento porque votou a evidência, a evidência de que efetivamente o parque vai abrir, precisa de ter regras e, naturalmente, aprovamos que os moradores vizinhos tenham regras específicas da sua utilização. Também é público que não era a solução que nós propunha-mos para a diminuição do problema de estacionamento no Centro Histórico, mas perante esta evidência naturalmente votamos a favor. O motivo de ter vindo fazer uma declaração de voto prende-se com o facto de hoje termos aqui discutido porque é que há três anos votamos favoravelmente um contrato, se daqui a três anos houver problemas com este parque, o CDS quer que esteja documentado que, efetivamente só está a votar o documento que foi aqui proposto.”* -----

REGULAMENTOS -----

8 – PROJETO DE REGULAMENTO DE PROJETOS ECONÓMICOS DE INTERESSE MUNICIPAL. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Projeto de Regulamento de Projetos de Interesse Público Municipal”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **9 – SALAS DE ENSAIO PARA BANDAS DE GARAGEM - SUSPENSÃO DO REGULAMENTO E ESPAÇO ALTERNATIVO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Salas de ensaio para Bandas de Garagem - Suspensão do regulamento e espaço alternativo”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **10 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.**



Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, e alíneas d), f), g), h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Rui Armindo da Costa Freitas, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez uma intervenção sobre o projeto de regulamento de projetos económicos de interesse municipal, começando por dizer que há anos que o PSD entende que a aposta no setor secundário é fundamental para criar uma base de emprego sólido e maiores oportunidades para os que cá vivem e, também, para atrair os que de cá não são. E sempre entendeu, mesmo quando ainda este Executivo Municipal tinha como objetivo a terciarização da economia local, que só com um setor secundário forte podemos criar oportunidades para o restante tecido económico. Por isso, disse reconhecer a importância da atribuição de enquadramentos fiscais atrativos para as empresas para que possam contribuir para alavancar o desenvolvimento económico que traga mais e melhor emprego e maior desenvolvimento económico e social para Guimarães. Contudo, apesar da importância do tecido empresarial local, alertou para a necessidade de definir de uma vez por todas metas para a captação de investimento externo ao concelho, à região e ao país. Disse, depois, ter constatado que tem sido realizado trabalho na quase totalidade local, referindo, também, ser de elementar importância que, da mesma forma que todos os dias as nossas empresas se vendem no mundo, também o município saiba promover de modo a que possa atrair investimento direto do exterior, permitindo dar maior solidez e resiliência ao tecido económico

de Guimarães, pois só com uma economia diversa e multissetorial que passe das palavras e dos anúncios para a quantificação efetiva em emprego, o aumento do poder de compra e a melhoria da balança comercial do concelho é que o trabalho fica completo. Por isso, apesar de este regulamento ser uma ferramenta, que hoje votarão favoravelmente, considerou que o desenvolvimento da economia local depende, em grande medida, do governo local. Finalizou, apelando a que a Câmara saiba acolher estas recomendações. -----

João Victor Salgado Almeida, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, lembrou que em outubro de dois mil e catorze foi anunciado o início da obra das salas de ensaio a instalar no piso térreo do Teatro Jordão e inauguradas em vinte e quatro de junho de dois mil e quinze, mas que só entraram em funcionamento em setembro de dois mil e dezasseis. Lembrou, de seguida, que estas obras, orçadas em seiscentos e cinquenta e sete mil e quarenta e quatro euros, mais IVA, foram comparticipadas em 85% pelo FEDER no âmbito do programa operacional do Norte, cabendo ao Município de Guimarães os restantes 15% de comparticipação financeira. Volvidos três anos de funcionamento, em reunião do Executivo realizada em trinta de maio de dois mil e dezanove, disse ter sido aprovada uma proposta que referia - *na sequência do encerramento temporário das salas de ensaio do Teatro Jordão o Município encetou diligências no sentido de encontrar alternativas para os seus utilizadores habituais*, informando que - *as instalações provisórias ficariam na freguesia de Aldão*, mas ficando por dizer que as instalações das salas de ensaio foram completamente demolidas juntamente com o corpo central do edifício do Teatro Jordão, excetuando a caixa de palco e o alçado principal voltado para a Avenida D. Afonso Henriques. Deste modo, considerou como ter sido investimento irresponsável, que terminou no caixote do lixo, acusando a Câmara



Municipal de falta de visão e estratégia quanto ao procedimento seguido desde a aquisição do edifício do Teatro Jordão. Por último, referiu o trabalho notável da Sociedade Martins Sarmento, que sendo alertada do abandono do edifício e do cenário de vandalização continuada, conseguiu salvaguardar documentos importantes da memória do cinema comercial que passou em Guimarães ao longo de seis décadas. -----

Ana Margarida da Costa Teixeira, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez uma intervenção sobre o tema das Salas de Ensaio para Bandas de Garagem, lendo, em voz alta, o teor do texto que a seguir se transcreve: *“Vimos nesta Assembleia Municipal votar a suspensão do regulamento das salas de ensaio das bandas de garagem. Aquelas salas de ensaios que foram quase como um “desígnio municipal” acabaram destruídas pelas obras atualmente em curso no Teatro Jordão e Garagem Avenida. Recordemos que a obra e respetivo equipamento custaram cerca de 800.000,00 (oitocentos mil euros), sendo que deste valor, a Câmara Municipal entrou com cerca de 150.000,00 e o restante adveio de uma participação financeira de fundos comunitários. Recordemos, também, que as mesmas salas abriram quase que por imposição da CCDRN, sob pena de a Câmara ter de devolver o dinheiro dos fundos comunitários. Uma vez que as salas de ensaio foram demolidas e consigo foram também os fundos comunitários e o investimento da própria Câmara, pergunta-se haverá ou não a possibilidade e o risco de devolução desses fundos comunitários? Esta questão foi acautelada pelo Município? De que forma?”* -----

Armindo José Ferreira da Costa e Silva, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez uma intervenção abordando as três propostas do tema Regulamentos, lendo, em voz alta o teor do texto que a seguir se reproduz: *“O novo Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal –*

PEIM, sucede ao aprovado por esta Assembleia em dezembro de 2013, e vem consagrar uma nova estratégia no âmbito do desenvolvimento económico, valorizando a transição para um território sustentável, para a descarbonização e para a economia circular. Este novo Regulamento valoriza a adoção de tecnologias, produtos, serviços e modelos de gestão, que contribuam para a eficiência energética, para a utilização de energias renováveis, para a redução do consumo de matérias-primas, para a redução de resíduos, de efluentes, de emissões de dióxido de carbono e de outros poluentes atmosféricos em toda a cadeia de valor, visando um ciclo produtivo mais limpo, eficiente e sustentável, diminuindo a pegada ecológica gerada pelas atividades económicas e prosseguindo o objetivo nacional da neutralidade carbónica em 2050. Valoriza a digitalização da economia e a Indústria 4.0, caracterizada pela implementação das tecnologias digitais nos diferentes processos produtivos. Este Regulamento prevê a concessão cumulativa dos seguintes incentivos fiscais: a) Isenção ou redução do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis - IMT; b) Isenção ou redução do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI, por um período de cinco anos; c) Redução de 50% nas taxas devidas pelo licenciamento de operações urbanísticas. Permitam-me que saliente nesta Assembleia aquelas que são as principais alterações relativamente ao anterior Regulamento PEIM: A primeira alteração diz respeito às áreas de atividade económica elegíveis. Anteriormente todas as atividades eram elegíveis. Agora, somente os projetos de investimento do Setor Primário - Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Extração Mineira, e do Setor Secundário - Indústria Transformadora, são candidatáveis. Excecionalmente, podem, ainda, ser objeto de candidatura projetos enquadrados noutras áreas de atividade económica, desde que razões de relevante interesse público para a economia local o justifiquem, e que assentem em processos de inovação produtiva,



nomeadamente: a) na produção de novos bens e serviços através da transferência e aplicação do conhecimento; b) na expansão da capacidade de produção em setores de alto conteúdo tecnológico; c) na inovação de processo, organizacional e de marketing; d) no empreendedorismo qualificado, privilegiando a criação de empresas baseadas em conhecimento ou de base tecnológica ou em atividades de alto valor acrescentado. A segunda alteração refere-se às condições de elegibilidade, em que para além do cumprimento cumulativo das condições constantes do anterior Regulamento, é acrescentada uma nova condição: As entidades beneficiárias demonstrem ter provas dadas na implementação de práticas de eco-inovação e de projetos reveladores de manifesto interesse ambiental, comprovando-se a sua adequada sustentabilidade ambiental e territorial, ou constituam impacte positivo no domínio da eficiência energética ou no favorecimento de fontes de energia renováveis, de acordo com o Manual de Boas Práticas de Sustentabilidade; A terceira alteração concerne aos critérios de determinação para a concessão de benefícios e à ponderação relativa de cada critério. Assim, aos critérios já existentes no anterior Regulamento foram acrescentados dois novos critérios: - Implementação de práticas de eco-inovação e projetos de interesse ambiental – 30%; - Projetos que visem promover a inclusão social - 10%; Relativamente à suspensão do Regulamento das Salas de Ensaio para Bandas de Garagem. Relativamente à suspensão do Regulamento das Salas de Ensaio para Bandas de Garagem, importa aqui referir que esta decorre das obras em curso no Teatro Jordão, que implicaram o encerramento temporário das Salas de Ensaio aí instaladas. Neste contexto, e por forma a garantir a continuidade dos ensaios dos grupos musicais, a Câmara Municipal providenciou um espaço alternativo na antiga Escola do Pulo em Aldão. Assim, e por se tratar de um

espaço provisório que se irá manter até que estejam concluídos os trabalhos de reabilitação do Teatro Jordão, a utilização das salas provisórias será gratuita, tendo em consideração a circunstância de, tratando-se de salas de aula, não possuem os requisitos técnicos das salas de ensaio do Teatro Jordão. Sobre a alteração do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade e na prossecução do desígnio do combate à pobreza e à exclusão social, em 2017 foi aprovado o Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, onde se consagrou um alargamento do objeto dos apoios e respostas até aí existentes, passando a contemplar, entre outros, a atribuição de Bolsas de Estudo a estudantes do ensino superior e vacinas não integradas no Plano Nacional de Vacinação. A experiência da aplicação deste Regulamento suscitou a necessidade de proceder a um conjunto de alterações, designadamente, quanto aos Apoios Sociais Diversos e aos Apoios à Habitação. Assim, são atualizados o tipo de documentos a apresentar nas candidaturas, são consideradas novas despesas como o IMI, Atividades de Tempos Livres, é garantida maior celeridade no processo de apoio a obras nas habitações e é alterada a fórmula de cálculo de atribuição dos apoios por forma a garantir maior equidade, deixando de efetuar este cálculo por via de uma tabela de comparticipação linear e passando a utilizar um modelo de comparticipação por escalões, que garante, para todas as situações, um apoio mínimo de 25% do valor da despesa apresentada. Quanto à atribuição de Bolsas de Estudo, pretende-se aumentar o número de bolseiros, ajustando-se o valor para duas vezes a remuneração mínima mensal garantida, ou seja, 1.200,00€/ ano, permitindo atribuir 62 bolsas no próximo ano, mais 11 que no corrente ano, para a mesma dotação orçamental de 75 000€, e é consagrada uma discriminação positiva dos candidatos com incapacidade superior a 60% na ordenação para obtenção



da Bolsa. Por último, foi considerada uma exceção ao limite de €1000,00 por agregado familiar previsto nos Apoios Sociais Diversos, para garantir o acesso a mais do que uma tipologia de apoio, em casos devidamente justificados. Concluo para em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratular o Executivo Municipal, os Senhores Vereadores Ricardo Costa e Paula Oliveira e, muito especialmente, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, pela visão estratégica contida no novo Regulamento PEIM, que será, certamente, um instrumento catalisador do investimento, do empreendedorismo, da criação de emprego e promotor da sustentabilidade ambiental, e ainda, pelo reforço dos apoios às pessoas em situação de vulnerabilidade, combatendo as desigualdades e a pobreza, reforçando a coesão social e o bem-estar de todos os Vimaranenses.” -----

Ana Margarida da Costa Teixeira pediu esclarecimentos, aos quais Armindo José Ferreira da Costa e Silva respondeu. -----

Domingos Bragança, Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra começando por realçar a importante primeira revisão ao Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal, que tem uma forte incidência ambiental e que privilegia a economia circular. Acrescentou que a atratividade de um concelho passa pela aposta na ciência, na formação tecnologia elevada e na cultura, mencionando que a Câmara Municipal de Guimarães tudo fará para potenciar o trabalho dos investidores e empresários, quer dos vimaranenses quer dos pretendem investir em Guimarães, auxiliando esse esforço, mas sem prescindir de fazer o trabalho de diplomacia externa, através do acompanhamento dos nossos empresários nas feiras internacionais e, nesses espaços internacionais, divulgando as potencialidades do concelho e da cidade. Relativamente às Salas de Ensaio para Bandas de Garagem explicou que existiram dois estudos

geotécnicos às fundações desse espaço, o primeiro que dizia estar tudo bem e nada afetava estabilidade edifício, o segundo estudo que foi feito aquando da elaboração do projeto do Teatro Jordão e Garagem Avenida, já após a execução da empreitada das Salas de Ensaio para Bandas de Garagem, que veio informar que as fundações existentes não serviam e colocavam em causa toda a estrutura do edifício, quer a já existente quer a que viesse a ser construída. Face às soluções apresentadas, as garantias que dava e os custos que lhe estavam associados, disse ter-se optado pela demolição e reconstrução. Por fim, a propósito da intervenção do membro Armindo Costa e Silva, que classificou de excelente, reiterou que a Câmara Municipal dá apoio em todas as dimensões de vulnerabilidade social, nomeadamente, em bolsas de estudo, na aquisição de equipamentos essenciais para o dia-a-dia, na tarifa social da água e nos transportes. -----

Rui Armindo da Costa Freitas, Ana Margarida da Costa Teixeira e João Salgado Almeida pediram esclarecimentos, aos quais Domingos Bragança respondeu. -----

Posto isto, procedeu-se à votação das propostas, em separado, tendo a Assembleia **DELIBERADO**: -----

APROVAR o ponto 8, por maioria, com **79 votos a favor** (21 eleitos do PS, 34 Presidentes de Junta do PS, 9 eleitos do PSD, 10 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP, 1 eleito do BE e Membro Independente) e **3 abstenções** (3 eleitos da CDU). -----

-----**DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, em nome do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, proferiu o seguinte: *“A CDU entende que o regulamento poderia, no nosso entender, introduzir melhorias qualitativas que urgem implementar. Sem afastar o essencial dos objetivos previstos neste regulamento, a CDU propôs, em dois mil e dezassete numa reunião de*



Câmara, a introdução de critérios adicionais para a atribuição de benefícios, como a valorização do investimento com elevada e reconhecida incorporação de tecnologias amigas do ambiente, com preocupações na redução de consumos de água e sua reciclagem, progressiva substituição de combustíveis de origem fóssil e a valorização da qualidade dos postos de trabalho líquidos a criar, por efeitos do investimento titulados por contratos a termo incerto. Consideramos que a introdução destes aspetos, valorização da componente ambiental e da qualidade de emprego, são dois eixos centrais do modelo de desenvolvimento económico e industrial que defendemos para Guimarães. A sua não inclusão no regulamento após mais uma revisão suscita-nos reservas e preocupação. Consideramos estas duas questões centrais num concelho em que persistem problemas sérios de poluição industrial e de emprego precário, com baixos salários. Se há paradigma que devemos alterar em Guimarães é precisamente este. Por estes motivos a CDU abstêm-se.” -----

APROVAR o ponto 9, por unanimidade. -----

-----**DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

Ana Margarida da Costa Teixeira, em nome do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, proferiu o seguinte: *“Votamos a favor da suspensão do presente Regulamento apenas, e só, por causa da gratuitidade do uso do espaço alternativo encontrado para o efeito.” -----*

APROVAR o ponto 10, por unanimidade. -----

URBANISMO -----

11 – MOREIRENSE FUTEBOL CLUBE - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Moreirense Futebol Clube - Certidão de Interesse Público Municipal”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada

no dia dois de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----

DIVERSOS -----

12 – PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS EM DIVERSOS DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DO ESTADO – PRONÚNCIA. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Processo de Descentralização - Transferência de Competências em Diversos Domínios de Atuação do Estado - Pronúncia”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Emídio Guerreiro, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, recordou o que havia proferido a respeito dos falhanços do Estado neste processo e tornou a saudar a postura cautelosa do Município de Guimarães nesta matéria. Referiu que este é um processo evolutivo, que todos os anos vai estar em cima da mesa e que vai obrigar a negociações entre os Municípios, as Comunidades Intermunicipais e os diferentes Governos. Porém, disse que cabia hoje analisar o que estava na ordem do dia, ou seja, o ponto de situação do debate entre o Município de Guimarães e o Governo naquilo que será a resposta descentralização, ou não, para dois mil e vinte. Assim sendo, fez a análise do documento de pronúncia apresentado pelo Município, considerando, por último, haver muito por fazer e muito por negociar para que, de facto, a descentralização venha a ser uma realidade e, sobretudo, que seja uma ferramenta de gestão que todos desejam. Terminou, lamentando que o atual Governo, que agora está no final da legislatura, não tivesse conseguido ir mais longe no processo, não



possibilitando a transferência de competências que os Municípios, justamente, reclamam. -----

Nelson José Guimarães Felgueiras, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, lembrou que a descentralização de competências é um processo que já foi tema na Assembleia Municipal e cujos partidos, de forma genérica, já haviam demonstrado aquilo que era a sua opinião. Disse, em nome do Partido Socialista, que saudavam a posição do Governo em iniciar este processo, mas que consideravam importante que fossem dados passos mais sólidos no aprofundamento desta transferência de competências. Referiu, depois, que a Câmara Municipal de Guimarães é capaz de acolher um conjunto de competências, de forma mais séria, de forma mais concreta e de forma mais clara. Do documento em análise salientou a aceitação da transferência de competências relativa ao património imobiliário público, considerando-a como sendo uma oportunidade para Guimarães, mas dependente de um processo negocial com o Governo de forma a perceber aquilo que é o envelope financeiro para cumprir esta delegação de competências. Finalizou, reiterando a capacidade do Município de Guimarães para assumir responsabilidades, dado o seu conhecimento do terreno, a sua capacidade técnica e a sua capacidade humana. -----

Emídio Guerreiro solicitou esclarecimentos, aos quais Nelson José Guimarães Felgueiras respondeu. -----

Como mais ninguém pretendeu usar da palavra, o Presidente da Mesa submeteu a proposta à votação tendo a Assembleia **DELIBERADO APROVAR**, por unanimidade. -----

-----**DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, em nome do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, proferiu o seguinte: “Mantendo aquela que tem vindo a

ser a posição da CDU sobre o tema, apesar do PS e do PSD encherem a boca com as reformas, a grande reforma do estado continua há mais de quarenta anos por concretizar. Na Constituição da República de 1976 está consagrada a regionalização do país, através da criação de regiões administrativas que fosse capaz de terminar com as assimetrias económicas e sociais que hoje se registam por todo o território e que, a cada dia que passa, se acentuam. Em vez de ter uma discussão séria e definitiva sobre uma real componente de descentralização que tenha em atenção as questões fundamentais tais como: a garantia de que ela manterá o carater universal das principais funções do Estado; a concretização dos três níveis da administração, o Central, o Regional e o local; a manutenção da autonomia do poder local; a garantia da disponibilidade dos meios necessários à concretização das novas competências. Em vez de uma discussão séria, o que assistimos foi a uma negociata entre PS e PSD, a nível nacional e, posteriormente, no plano local cuja apreciação geral sobre o processo, sobre o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, sobre a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir e sobre as condições e suas implicações, são motivos suficientes para se rejeitar as novas transferências.” -----

RECURSOS HUMANOS -----

13 – RECRUTAMENTO PARA CARGO DIRIGENTE - DESIGNAÇÃO DE JÚRI.

Submete-se à votação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto, a proposta designada por “Recrutamento para cargo dirigente - designação de júri”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Resultado da votação: -----

Votantes = 82 Membros; **SIM** = 65 votos; **NÃO** = 12 votos; **BRANCOS** = 4 votos; **NULOS** = 1 votos. -----



CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS -----

14 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS MULTIRRISCOS - EDIFÍCIOS ESCOLARES E RESPETIVOS CONTEÚDOS - DESPESAS PLURIANUAIS.

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Aquisição de serviços de seguros multirriscos - Edifícios escolares e respetivos conteúdos - Despesas plurianuais”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----

PATRIMÓNIO -----

15 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 225M2 SITUADA NO LUGAR DE MIDE, FREGUESIA DE LORDELO.

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Desafetação do domínio público de parcela de terreno com a área de 225m2 situada no lugar de Mide, freguesia de Lordelo”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **79 votos a favor** (21 eleitos do PS, 34 Presidentes de Junta do PS, 9 eleitos do PSD, 10 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP, 1 eleito do BE e 1 Membro Independente) e **3 abstenções** (3 eleitos da CDU). -----

FREGUESIAS -----

16 - FREGUESIA DE SANDE SÃO MARTINHO - OFERTA DE BANDEIRAS.

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Sande São Martinho - Oferta de bandeiras”,

aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia dezasseis de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **17 - UNIÃO DAS FREGUESIAS CONDE E GANDARELA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “União das Freguesias Conde e Gandarela - Pedido de Cedência de Autocarro”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **18 - ANTIGA ESCOLA EB1 DE ALDÃO - COMODATO - FREGUESIA DE ALDÃO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Antiga escola EB1 de Aldão - Comodato - Freguesia de Aldão”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove., que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR os pontos 16, 17 e 18**, por unanimidade. -----

FREGUESIAS (SUBSÍDIOS) -----

19 – FREGUESIA DE INFANTAS – AQUISIÇÃO DE TERRENO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Infantas – Aquisição de Terreno - Atribuição de Subsídio”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **20 - SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO RMECARH (2º SEMESTRE DE 2019).** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Subsídios no âmbito do RMECARH (2º semestre de 2019) - Freguesia de Caldelas”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia



dezasseis de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **21 - FREGUESIA DE RONFE – APOIO PARA OBRAS NO CEMITÉRIO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Ronfe – Apoio para obras no Cemitério”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **22 - FREGUESIA DE ALDÃO – OBRAS NO PISO DA RUA DA ALEGRIA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Aldão – Obras no piso da Rua da Alegria - Atribuição de Subsídio”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **23 - FREGUESIA DE FERMENTÕES – APOIO PARA OBRAS NO CEMITÉRIO, NA JUNTA DE FREGUESIA E NA RUA DA PEREIRA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Fermentões – apoio para obras no cemitério, na Junta de Freguesia e na Rua da Pereira”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **24 - FREGUESIA DE SILVARES - PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Silvares - Projeto de requalificação da sede da Junta de Freguesia - Atribuição de Subsídio”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **25 -**

FREGUESIA DE FERMENTÕES – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2019. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Fermentões – Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2019”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **26 - FREGUESIA DE PENCELO - OBRAS NA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Pencilo - Obras na sede da Junta de Freguesia - Atribuição de Subsídio”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **27 - FREGUESIA DE NESPEREIRA – ILUMINAÇÃO DO “PARQUE LÚDICO PEDAGÓGICO RAÚL BRANDÃO” - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Nespereira – Iluminação do “Parque Lúdico Pedagógico Raúl Brandão” - Atribuição de Subsídio”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **28 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO FONTANÁRIO BAIXINHA, NO CEMITÉRIO E EM DIVERSAS RUAS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Moreira de Cónegos – Obras de requalificação do fontanário Baixinha, no cemitério e em diversas ruas - Atribuição de Subsídio”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **29 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS -**



CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL “RAÍZES” (2019/2020) - ALÍNEA J) DO Nº 1 DO ART.º 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Moreira de Cónegos - Continuidade do Projeto Social “Raízes” (2019/2020) - Alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **30 - FREGUESIA CANDOSO SÃO MARTINHO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO EXECUÇÃO DA OBRA DE ALARGAMENTO E BENEFICIAÇÃO DO CEMITÉRIO E DA ZONA ENVOLVENTE.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia Candoso São Martinho – Atribuição de subsídio Execução da obra de alargamento e beneficiação do cemitério e da zona envolvente”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **31 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE – ALARGAMENTO DO CEMITÉRIO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “União das Freguesias de Atães e Rendufe – Alargamento do Cemitério - Atribuição de Subsídio”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **32 - FREGUESIA DE GONÇA – CONCLUSÃO DAS OBRAS EM DIVERSAS RUAS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Gonça – Conclusão das Obras em diversas ruas - Atribuição de Subsídio”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de

maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **33 - FREGUESIA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A CONSTRUÇÃO DE CASA MORTUÁRIA E ÁREA ENVOLVENTE.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Prazins Santa Eufémia – Atribuição de Subsídio para a construção de Casa Mortuária e área envolvente”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **34 - FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – APOIO PARA OBRAS NO CEMITÉRIO.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Sande S. Martinho – Apoio para obras no Cemitério”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR os pontos 19 a 34**, por unanimidade. ---

FREGUESIAS (DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS) -----

35 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA REFORÇO DO APOIO OPERACIONAL NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO BÁSICO. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Contrato Interadministrativo de delegação de competências nas freguesias - Atribuição de verbas para reforço do apoio operacional nos estabelecimentos de educação e ensino básico”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **36 - FREGUESIA DE CALDELAS – DELEGAÇÃO DE**



COMPETÊNCIAS – ANO DE 2017. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Caldelas – Delegação de Competências – ano de 2017”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

37 - FREGUESIA DE GONDAR – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2018. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Freguesia de Gondar – Delegação de Competências – ano de 2018”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR os pontos 35, 36 e 37 a 34**, por unanimidade. -----

TRÂNSITO -----

38 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DE S. JOÃO - FREGUESIA DE POLVOREIRA. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Alteração de Trânsito na Rua de S. João - Freguesia de Polvoreira”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia dezasseis de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **39 -**

ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLIVEIRA, S. PAIO E S. SEBASTIÃO E FREGUESIA DE CREIXOMIL. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Alteração de Trânsito na União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião e Freguesia de Creixomil”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **40 -**

ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO RUA DOS MOINHOS - FREGUESIA DE PONTE.

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Alteração de Trânsito Rua dos Moinhos - Freguesia de Ponte”, aprovada pelo órgão Executivo em sua reunião realizada no dia trinta de maio de dois mil e dezanove, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** os pontos **38, 39 e 40**, por unanimidade. -----

-----**PROPOSTAS, VOTOS E MOÇÕES**-----

Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do **BE**, do seguinte teor: *“O poeta cantor e compositor Zeca Afonso marcou como nenhum outro a música da segunda metade do século XX. Ainda permanece como figura inspiradora de novas gerações de músicos das mais variadas tendências que fazem da sua obra uma fonte inesgotável de possibilidades criativas. Verificamos que o cantor e a sua obra são cada vez mais lembrados, cantados e homenageados, de norte a sul do país e por esse mundo fora, através de variadíssimas exposições, recitais e espetáculos. Em Guimarães, muitas iniciativas têm sido organizadas para relembrar o poeta, autor e cantor, como nos últimos dois anos em que Zeca Afonso foi homenageado na sequência de uma Recomendação do Bloco de Esquerda, aquando da passagem do 30º aniversário da sua morte. Entendemos que Guimarães pode e deve fazer algo mais, através da nomeação da principal sala de espetáculos do concelho com o nome de Zeca Afonso. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Guimarães, reunida em 19 de Junho de 2019, delibera: - Recomendar à Câmara Municipal a atribuição ao Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor o nome de Zeca Afonso.”* -----

Submetida à votação, a Assembleia **DELIBEROU REPROVAR**, por maioria, com **55 votos contra** (21 eleitos do PS e 34 Presidentes de Junta do PS), **23**



abstenções (9 eleitos do PSD, 10 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP e Membro Independente) e **4 votos a favor** (3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE). -----

-----**DECLARAÇÕES DE VOTO**-----

Ângela Ivone Rodrigues Oliveira, em nome do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, pronunciou o seguinte: *“O CDS abstêm-se nesta votação porque não queremos impor à Câmara Municipal, nem vemos porque o teríamos de fazer. Não temos nada contra o nome do Senhor Zeca Afonso, mas também achamos que não é na Assembleia Municipal que temos que impor propriamente o nome. É-nos um bocado indiferente. Peço desculpa pela insensibilidade.”* -----

Emídio Guerreiro, em nome do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, pronunciou o seguinte: *“Eu acho que uma matéria tão sensível quanto rebatizar ou lançar um novo nome para aquilo que já é uma marca consolidada como é o Vila Flor merece, não uma moção a seco na Assembleia Municipal, apesar de toda a estima e admiração que tenho pelo Zeca Afonso e por todo o historial, e não é isso que está aqui em causa porque com outro nome eu diria o mesmo, sendo essa a intenção de facto de criar um novo nome para o espaço, é uma matéria que devia ser tentada ser consensualizada, estudada, pensada e, isto, se cada um de nós entender que vale a pena, de facto, mexer no que já está consolidado no país todo. O nosso voto não é pela figura que é, porque assumo aqui que se fosse um outro nome menos forte provavelmente até votaríamos contra, mas sim pela importância que damos ao branding e às mudanças que se podem, ou não, fazer relativamente a isso.”* -----

Armindo José Ferreira da Costa e Silva, em nome do Grupo Parlamentar Municipal do PS, pronunciou o seguinte: *“O Partido Socialista votou contra a*

proposta de atribuição do nome de Zeca Afonso ao grande auditório do Vila Flor precisamente pelos mesmos argumentos que foram expendidos pelo Senhor Deputado do PSD. O Partido Socialista nutre uma grande admiração pela figura de Zeca Afonso, é alguém que nós entendemos ser uma figura maior da cultura portuguesa, mas temos também o entendimento de que o Vila Flor tem uma marca muito forte, local, regional, nacional e, até mesmo, internacional. O que nós entendemos é que, apesar do nome de Zeca Afonso estar já na toponímia de Guimarães, pelo menos em três ruas de três freguesias, esta Assembleia possa reunir com os diversos grupos parlamentares e a Câmara Municipal no sentido de se encontrar um espaço que possa, de facto, perpetuar a memória deste antifascista e desta referência da cultura portuguesa.”-----

Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do **BE**, do seguinte teor: *“O Complemento Solidário para Idosos (CSI) foi criado há cerca de 13 anos para apoiar os pensionistas (com pensões de velhice ou de sobrevivência) com idade superior à idade normal de acesso à pensão do regime geral da Segurança Social (atualmente 66 anos e 5 meses) e que têm rendimentos muito baixos, inferiores a 5.258,63 euros/ano. O valor a receber de CSI, quando concedido, corresponderá à diferença entre o montante dos recursos do requerente e aquele montante máximo de 5.258,63 euros/ano (ou 438,21 euros/mês). O gasto anual da Segurança Social com o CSI representa menos de 1% da sua despesa e deve ter-se em conta que esta prestação social é financiada pelo Orçamento do Estado e não pelos descontos (contribuições) sobre os salários de quem trabalha, os quais se destinam apenas e só a financiar as pensões de velhice (20,21%) e invalidez (4,29%) e os subsídios, como o de desemprego (5,14%), morte (2,44%), doença (1,41), parentalidade (0,76%) e doença profissional (0,50%). O Complemento Solidário para Idosos (CSI) abrange atualmente cerca de*



165.000 pessoas (70% são mulheres). Mas muitos idosos que vivem numa situação muito precária continuam sem poder aceder a esta prestação social, já que na avaliação dos recursos das requerentes, para além dos rendimentos anuais do próprio, tem sido considerada também uma quantia anual definida em função dos rendimentos dos descendentes, mesmo que não vivam com o requerente. Tal situação faz com que uma medida pensada como importante meio de combate à pobreza da população mais idosa se tenha transformado numa medida limitada, insuficiente e até reprodutora da exclusão social. Num recente relatório, em que também é sugerida a melhoria desta prestação, a própria OCDE defende que a condição de recursos para aceder ao CSI não deve ter em conta o rendimento dos descendentes porque “Incluir os rendimentos dos filhos nas condições para atribuição do CSI, contribui para perpetuar os baixos rendimentos nas mesmas famílias por várias gerações”. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Guimarães, reunida em 19 de Junho de 2019, delibera: - Recomendar à Assembleia da República que altere a legislação atual de modo a que a atribuição do Complemento Solidário para Idosos (CSI) tenha apenas em consideração os rendimentos anuais do próprio idoso e da pessoa com quem está casado ou vive em união de facto há mais de 2 anos, excluindo-se assim a ponderação de os rendimentos dos filhos. - Enviar para Presidência da República, Presidência da Assembleia da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Governo Central, Assembleias das Regiões Autónomas e Governos das Regiões Autónomas.” -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **59 votos a favor** (21 eleitos do PS, 34 Presidentes de Junta do PS, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do BE) e **23 votos contra** (9 eleitos do PSD, 10 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP e Membro Independente). -----

-----DECLARAÇÕES DE VOTO -----

Ângela Ivone Rodrigues Oliveira, em nome do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, pronunciou o seguinte: *“O Grupo Parlamentar do CDS votou contra pelo simples motivo de que entendemos que deve haver compromisso geracional dos filhos para os pais. Concordamos com o facto do rendimento dos filhos ser incluído no rendimento dos pais para o cálculo deste complemento solidário para idoso.”* -----

Emídio Guerreiro, em nome do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, pronunciou o seguinte: *“Para dar nota de que o voto do PSD tem a ver exatamente com a questão da forma, porque, de facto, estamos aqui perante uma inutilidade superveniente da aprovação desta moção e, com toda a certeza que seria útil discutirmos isto no momento próprio onde a futura Assembleia da República, depois de eleita pelos portugueses, se pudessem pronunciar sobre aquilo que é a petição do Bloco de Esquerda, o que não vai acontecer claramente.”* -----

Voto de Louvor apresentado pelo Grupo Parlamentar Municipal da CDU, do seguinte teor: *“No passado sábado, 15 de Junho, o Vitória Sport Clube alcançou pela primeira vez na sua história, o título de Campeão Nacional de Pólo-Aquático no principal escalão da modalidade, Campeonato de Portugal A1 Masculino. A Secção de Pólo Aquático começa no Vitória Sport Clube na época desportiva 2003/2004, alcançando o título de campeão regional e campeão nacional da já extinta 2ª Divisão Nacional – B. Sobe ao principal escalão da modalidade em 2007/2008 e sagra-se agora, dezasseis anos depois, Campeão Nacional 2018/2019, depois de já ter sido na presente época, finalista da Taça de Portugal. Este trabalho continuado, assente na formação de atletas vimaranenses, demonstra que o apoio às mais diversas modalidades traz vitórias para o concelho de Guimarães e revela que há muito valor, capacidade e ambição nos atletas, treinadores, equipas técnicas*



e dirigentes que merecem ser reconhecidos. Assim, a Assembleia Municipal de Guimarães, reunida a 19 de Junho de 2019, delibera: - Aprovar um voto de louvor aos atletas, equipa técnica e dirigentes da Secção de Polo Aquático do Vitória Sport Clube, assim como à atual direção do Vitória Sport Clube pelo feito inédito alcançado; - Que deste voto seja dado conhecimento ao Vitória Sport Clube e aos atletas, equipa técnica e dirigentes da Secção de Polo Aquático.” -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números três e quatro, do artigo quinquagésimo sétimo, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, a ata em minuta, por maioria, com a abstenção do membro Ana Paula Cardoso Lemos Damião. ----

Eram uma hora e vinte e cinco minutos do dia seguinte, o Presidente da Mesa declarou **ENCERRADA A SESSÃO**. -----

Para os efeitos consignados no número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. --